



Presenças de um Estado partido: **cidadania e desigualdade** **no Rio de Janeiro**

SÉRGIO VELOSO | IGOR PANTOJA



■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

CASA
FLUMINENSE



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

| SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1	
O Estado Partido	10
Da cidade ao Estado partido.....	10
Modos de Presença.....	14
Capítulo 2	
Presenças Materiais	20
Chatuba e a produção do espaço pelo Estado	20
Parque Columbia: um bairro entre destruições e construções	27
Capítulo 3	
Presenças Imateriais	34
"Ele era autoritário"	34
O manobreiro da água.....	36
"Ela tá brigando com o município, tá brigando com o Eduardo Paes"	39
Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas	46

**Presenças de um Estado partido: cidadania
e desigualdade no Rio de Janeiro**

Autores:

Sérgio Veloso

Igor Pantoja

Desenho da Capa:

Beto Paixão

Revisão

Marilene de Paula e Sergio Veloso

Projeto gráfico e diagramação:

Beto Paixão

fb.com/bpstudiodesign

betopaixao.jf@gmail.com

Fundação Heinrich Böll

Rua da Glória, 190/701 – Glória

Rio de Janeiro - RJ – Brasil

CEP 20.241-180

+55 21 3221 9900

info@br.boell.org

www.br.boell.org

Casa Fluminense

Av. Pres. Vargas, 502 - 16º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ,

CEP 20071-000

+55 21 3253-3709

www.casafluminense.org.br

casa@casafuminense.org.br

BRICS Policy Center - Centro

de Estudos e Pesquisas BRICS

Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo

Rio de Janeiro – RJ, Brasil

CEP: 22280-020

Telefone: (+55 21) 2535-0447



Licença CC BY-NC-AS 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR

V443p

Veloso, Sérgio

Presenças de um Estado partido: cidadania e desigualdade no Rio de Janeiro.

Sérgio Veloso, Igor Pantoja. – Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2019.

48p.

ISBN 978-85-62669-36-1

1. Desigualdade e Estado – Rio de Janeiro. 2. Democracia e Estado – Rio de Janeiro. 3. I. Pantoja, Igor. II. Título.

CDD 307.76098153

INTRODUÇÃO

David Harvey (2008), geógrafo inglês e um dos principais teóricos marxistas da atualidade, abre o seu texto sobre o *direito à cidade* com uma poderosa epígrafe do surrealista André Breton que diz o seguinte: “‘mudar o mundo’, diz Marx; ‘mudar a vida’, diz Rimbaud, para nós essas duas tarefas são idênticas”, (HARVEY, 2008, p. 1) (tradução nossa). Com essa curta citação, Harvey (2008) deixa claro para o leitor um dos elementos mais essenciais à noção do *direito à cidade*: sua força transformadora. Talvez nenhum outro conceito represente tão claramente o espírito utópico da teoria marxista, conforme formulado pelo próprio Marx na célebre 11ª Tese de Feuerbach, que clama aos filósofos a não somente compreenderem o mundo, mas, fundamentalmente, a transformarem-no.

Elaborada por Henri Lefebvre (2001) em 1968 e atualizada por Harvey (2008) quarenta anos mais tarde, a noção do *direito à cidade* é, ao mesmo tempo, uma formidável categoria de análise para compreensão e um poderoso instrumento de transformação dos processos e dinâmicas das espacialidades urbanas na modernidade. Por meio do *direito à cidade*, Lefebvre (2001) e Harvey (2008) reafirmam a imanência e a razão utópica do pensamento marxista ao mobilizar compreensões e diagnósticos das dinâmicas sociais, políticas e econômicas da vida urbana como ferramenta para a transformação das cidades em espaços de direito e cidadania. Desde sua formulação, são inúmeros os movimentos sociais urbanos, nos mais variados lugares do planeta, que se baseiam na noção do *direito à cidade* para construir estratégias de militância e ativismo na disputa pela construção de cidades mais justas, igualitárias e seguras.

Mas a utopia do *direito à cidade* passa, necessariamente, por transformações que não se encerram na escala e nos espaços urbanos. Pensar a cidade enquanto espaço de direito e cidadania implica fundamentalmente pensar que tipo de Estado teremos para assegurar direitos e cidadanias nas cidades, uma vez que é prerrogativa e obrigação da institucionalidade estatal assegurar direitos e possibilitar cidadania. Transformar a cidade, então, é transformar o Estado, ou, mais precisamente, transformar a práxis política da forma estatal. Como argumenta Lefebvre (2009, p. 53), em uma célebre aula ministrada em 1960 e publicada posteriormente em um periódico do Partido Socialista Francês, “o Estado, o conhecimento sobre o Estado, sua descrição e análise detalhada, são elementos indispensáveis de qualquer programa político” (nossa tradução).

Da perspectiva lefebvriana, pensar política no mundo moderno é, necessariamente, pensar como as práticas políticas e representações do Estado espacializam-se, ou seja, tornam-se realidades concretas nos cotidianos dos espaços (BUTLER, 2012). A espacialização da política pela agência direta das forças do Estado é um dos temas fundamentais da obra de Lefebvre. Enquanto um agente, o Estado produz o espaço em todas as suas dimensões – físicas, mental e social – exercendo poder e autoridade na hierarquização e constituição das legalidades que regulam e limitam os modos e formas de relações sociais. Como afirma

em *De l'État* – uma de suas obras mais negligenciadas, mas central para a compreensão global de seu arcabouço teórico geral de sua obra – o “*Estado engendra relações sociais no espaço*” (LEFEBVRE, 1976-1978, p. 225) (tradução nossa).

O conceito de *modo de produção estatal*, formulado como uma ferramenta política-conceitual para a crítica à forma estatal stalinista, do qual Lefebvre sempre buscou se distanciar (BRENNER e ELDEN, 2009), expressa uma dupla potência espacializante do Estado: é espaço e, ao mesmo tempo, agente de espacialização. Temos, então, certa redundância em que o Estado, agente, produz seu próprio espaço – o território nacional. Dentro da espacialidade Estado, diversas autoridades e espacialidades não-estatais coexistem, mas, em um regime mais amplo, estão todos, de uma forma ou de outra, sob autoridade e certo controle do próprio Estado. A capacidade de agência do Estado é peculiar ao próprio Estado, caracterizando-se como um tipo de agência que constitui, informa e possibilita agências. É um agente que *engendra relações*, que autoriza e desautoriza, possibilita e impossibilita. O conceito de *modo de produção estatal* exprime esse sentido: o Estado enquanto uma força de produção socioespacial, capaz de controlar ritmos, fluxos e cotidianos, de modo a guiá-los para uma direção ou para outra (LEFEBVRE, 2001a).

No mundo moderno, qualquer processo de transformação concreto deve passar pela crítica consciente e profunda da maneira como o Estado age sobre processos sociais e se espacializa como força definidora dos ritmos e temporalidades socioespaciais (LEFEBVRE, 2001a). Essa centralidade da força socioespacial do Estado está no âmago da noção do *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2001), pois, conforme formulado originalmente e apropriado por movimentos sociais em vários lugares do mundo, tal noção enseja a formulação de um programa político desenhado para a consolidação de uma utopia cidadã urbana que passa, necessariamente, pela construção de um Estado que assegure cidades enquanto espaços de direito e cidadania.

Todavia, o *direito à cidade* não se encerra no Estado, uma vez que direito e cidadania, por mais que dependa do aparato estatal para sua garantia, são muito mais ganhos resultantes da atuação da sociedade civil. No desenvolvimento do Estado na modernidade, o caráter absolutista e totalitário de formas de Estados monárquicos ou autocráticos foi gradualmente sendo vencido por movimentos e processos que deram força a grupos não-estatais para se inserirem no aparato estatal e guiá-lo para servir a propósitos de ordem republicana e democrática. De súditos, as pessoas passaram a existir enquanto cidadãos, ou seja, sujeitos de direito para com quem o Estado tem responsabilidades e deveres a serem cumpridos. Da perspectiva de Lefebvre, a sociedade civil seria uma dimensão da vida social constituída por cidadãos organizados e capazes de disputar e se inserir no aparato estatal (KOFMAN e LEBAS, 1996). Portanto, ainda que o Estado seja central para o *direito à cidade*, direitos e cidadanias estão ancorados fundamentalmente na capacidade de agência das organizações da sociedade civil.

O caráter utópico da obra de Henri Lefebvre, que sempre canaliza sua capacidade de teorizar e refletir sobre a realidade para a transformação da realidade, assim como a centralidade conferida ao Estado como agente produtor e reproduzidor dos ritmos, cotidianos e ordenamentos socioespaciais são os pontos de partida que animam e orientam esse estudo como um todo. Do planejamento ao desenho e execução do projeto de pesquisa que orientou o estudo que apresentaremos a seguir, essa publicação foi sempre pensada no sentido de servir como substância para a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade aonde cidadania não é uma categoria aplicada de forma hierarquizada e desigual, mas praticada de forma realmente universal, sem qualquer tipo de distinção.

Mais do que simplesmente apresentar um conjunto de análises teóricas e conceituais, o estudo que apresentamos abaixo se apresenta como um esforço claro de pesquisa que busca se somar a outras iniciativas voltadas para a transformação da cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro em um lugar mais justo,

seguro e igualitário. A partir da obra de Henri Lefebvre, entendemos que qualquer prognóstico de transformação concreta da realidade urbana deve vir apoiado de um diagnóstico robusto de como o poder público – metonímia para Estado – se faz presente em áreas periféricas e vulneráveis do Rio.

Essa é a principal questão que orienta essa publicação, a segunda a configurar o projeto *Direito à Cidade nas Favelas do Rio de Janeiro*, executado pelo BRICS Policy Center, no domínio do programa BRICS-Urbe, em parceria com a Casa Fluminense e financiado pela Fundação Heinrich Böll. Na primeira pesquisa que realizamos no âmbito do projeto *Direito à Cidade nas Favelas do Rio de Janeiro*, intitulada *Ninguém Entra, Ninguém Sai: Mobilidade Urbana e Direito à cidade no Complexo do Alemão* (VELOSO e SANTIAGO, 2017), buscamos conhecer o cotidiano de quem se desloca do Complexo do Alemão para outros lugares da cidade e vice e versa, de modo a aprender, a partir de suas demandas e propostas, sobre a complexidade desse cotidiano. O ponto central dessa primeira pesquisa, que se repetiu na pesquisa que resultou nessa publicação, era, então, escutar o que os moradores tinham a nos dizer. Nosso objetivo era aprender com eles e a partir dessa aprendizagem construir nossa própria leitura analítica. De certa forma, buscamos colocar em prática, tanto na pesquisa anterior, quanto nessa, ainda que de forma limitada, o apelo que Lefebvre (2001, p. 118) faz no seu texto clássico do *direito à cidade*. Diz ele,

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das ‘satisfações’ que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela.

Na chave do *direito à cidade*, o principal movimento analítico é compreender as práticas dos processos políticos – que, de uma forma ou de outra, passam pelo Estado como agente sócioespacial – da maneira como percebidas e vividas pelas pessoas que habitam e vivenciam os espaços urbanos. Pois o programa político que se busca construir para o avanço de uma agenda de *direito à cidade* é um programa que radicaliza formas de democracia, e que substancie ou evidencie a participação direta dos cidadãos na garantia de sua própria cidadania. É um programa político que busca adensar os laços que ligam as pessoas aos espaços urbanos e abrir os processos políticos que incidem sobre os cotidianos à participação direta de quem os vive. É, portanto, um programa político utópico justamente porque se abre a possibilidade da radicalização da democracia como forma de participação direta do cidadão (LEFEBVRE, 2001).

Mas esse programa utópico é, por definição, algo ainda a ser construído. É muito mais um horizonte, uma possibilidade e um desejo, não um diagnóstico a ser constatado e evidenciado. Pelo contrário, a realidade dos processos políticos evidencia o contrário, muito mais o peso da distopia da exclusão e exceção do que a utopia da inclusão e participação popular direta. Nosso estudo mira na utopia, olha pro horizonte, mas busca a perspectiva de quem vive atolado na realidade da exclusão. Miramos a utopia futura, mas da perspectiva da distopia presente. Buscamos conhecer a realidade de quem habita espaços vulneráveis e precarizados para encontrar a síntese do contrário daquilo que desejamos como possibilidade para a vida urbana.

Assim, reafirmamos nosso compromisso utópico com a transformação e pela construção daquilo que é possível e desejável por meio da compreensão imanente do que a realidade nos apresenta a partir da fala e das experiências de quem vive essa realidade. E a realidade que encontramos é oposta a que desejamos. É

a realidade de um Estado que atua não como mantenedor e garantidor da cidadania universal, sem distinção de raça, classe, poder de compra ou endereço, mas a realidade de um Estado que produz e reproduz a cidade enquanto espaço de desigualdades e cidadanias hierarquizadas. É, portanto, a realidade de um Estado que nega a si mesmo e suas responsabilidades por aqueles que estão sob seu governo e poder.

Essa publicação é resultado de uma pesquisa de campo executada ao longo do primeiro semestre de 2018 concomitantemente em dois bairros: Parque Colúmbia, na franja da cidade do Rio de Janeiro, escanteado entre o rio Acari e a Via Dutra; e Chatuba, da cidade de Mesquita, na Baixada Fluminense, atravessado pelo rio Sarapuí. Em comum, esses dois bairros têm um longo histórico de enchentes que repetidas vezes destroem o cotidiano dos moradores que vivem perto da cabeceira dos rios. Escolhemos esses bairros – que, a princípio, não tem pontos de contato – justamente por enfrentarem as águas com alguma frequência.

Enchentes forçam alguma presença do poder público, pois são tragédias com grande poder destrutivo e, por isso, causam bastante impacto midiático. Ambos os bairros, por conta do histórico de enchentes, são atravessados por obras públicas de revitalização e requalificação infraestrutural que, de uma forma ou de outra, podem até ter melhorado o cotidiano de uma parte de sua população, mas que, no geral, foram incapazes de resolver o problema das enchentes ou até mesmo de requalificar e revitalizar áreas historicamente degradadas.

O histórico de obras financiadas por programas públicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Projeto Baixada Viva, no bairro de Chatuba da cidade de Mesquita, ou o Bairro Maravilha ou o Programa Morar Carioca, no bairro de Parque Colúmbia, na cidade do Rio de Janeiro, evidenciam um esforço do poder público de se fazer presente materialmente, construindo ou reconstruindo equipamentos infraestruturais nessas regiões. Todavia, o que pudemos perceber nas nossas visitas e aprendemos com os moradores com quem conversamos é que tais obras foram ineficientes em cumprir com seus objetivos.

Ao mesmo tempo, e isso fica ainda mais evidente no caso de Parque Colúmbia, esse esforço de presença material, que requalifica determinadas regiões, é concomitante a um esforço contrário, que ao invés de construir ou reconstruir, acaba destruindo o bairro ainda mais. Ao mesmo tempo em que a Prefeitura do Rio, na administração de Eduardo Paes, requalificou partes do bairro de Parque Colúmbia, também removeu uma parcela significativa de seus moradores, que viviam em áreas atingidas por enchentes. Remoção e requalificação urbana aconteceram quase que ao mesmo tempo e sob o controle do mesmo poder público, a Prefeitura do Rio de Janeiro. A multiplicidade da presença do Estado, que constrói e destrói ao mesmo tempo, é o que nos chamou atenção ao longo de nossa pesquisa.

Entre abril e outubro de 2018, estivemos em Parque Colúmbia cinco vezes e em Chatuba quatro. Para tornar a pesquisa possível, trouxemos para dentro do projeto, de forma remunerada, moradores de ambos os bairros, que serviram, ao mesmo tempo, como fontes primárias para nosso estudo, apresentando e caminhando conosco pelos bairros e articulando encontros com moradores e atores sociais que julgamos importantes para nossos objetivos analíticos. Por meio da atuação fundamental desses moradores, entrevistamos líderes comunitários, moradores antigos e novos dos bairros, que passaram por enchentes e/ou tiveram suas casas removidas, pessoas que trabalharam diretamente em obras de programas públicos, como o Baixada Viva ou o Bairro Maravilha, ou participaram de algum comitê de acompanhamento dessas obras.

Essas entrevistas foram tratadas aqui como fontes primárias e instrumentos empíricos essenciais para, a partir da fala e das narrativas dos moradores desses bairros, podermos aprender de que maneira o Estado se faz presente na vida dessas pessoas. Assim, buscamos evidenciar como o Estado, pelo menos nesses espaços analisados, atua na produção e garantia de direitos e cidadanias ou se atua no sentido oposto, violando e negando o exercício e o benefício da cidadania como princípio organizador do cotidiano. Ao longo

da pesquisa aprendemos um pouco sobre a atuação de um Estado que se parte em vários, assegurando e garantindo os direitos de uns, enquanto nega e viola os direitos de vários.

Por isso, como ponto de partida, buscamos articular e desenvolver a ideia elencada por Jaílson de Souza e Jorge Barbosa (2013), fundadores do Observatório de Favelas, de que vivemos sob a égide de um *Estado partido*, que produz sistemática e arbitrariamente a exclusão e a exceção como aspecto central do cotidiano de várias pessoas e lugares que estão sob seu governo. Essa publicação se apresenta, então, como um esforço de compreensão de como esse *Estado partido* atua em áreas periféricas e vulneráveis. Uma importante premissa de nosso trabalho é a constatação de que não há ausência de estado, mas presenças distintas, que reforçam hierarquizações e assimetrias, acarretando na reprodução e consolidação de modos desiguais de relação entre Estado e as pessoas e espaços sob seu governo. A noção de *Estado partido* canaliza em si a existência de práticas políticas estatais hierarquizantes, que criam espaços e pessoas de primeira ou segunda classe e que recebem tratamentos distintos de um Estado que devia se pautar pela universalidade da cidadania e não por noções particularistas da mesma.

Nosso objetivo aqui é encontrar as especificidades inerentes aos modos como o Estado se faz presente enquanto um agente condicionador de processos socioespaciais nessas duas regiões. Para caminharmos na direção desse objetivo, a publicação será organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo estabeleceremos as bases conceituais para as discussões e análises que construiremos, a partir do que aprendemos e dos elementos empíricos colhidos na pesquisa de campo, nos capítulos dois e três. Por fim, correndo o risco de terminarmos o texto não com alguma conclusão ou consideração final, mas iniciando uma discussão, concluiremos nos questionando sobre que forma estatal desejamos para a garantia da democracia e participação cidadã ativa. O que nosso estudo nos ensina, que, esperamos, ficará claro para o leitor ao longo da publicação, é que o Estado brasileiro, ainda que munido de um texto constitucional que reafirma sua existência enquanto um Estado dotado de obrigações perante todos seus cidadãos, sem distinções ou qualificações, age na contramão do que deveria agir. Não há nenhum tipo de universalização da cidadania na forma como o Estado pratica seu poder político. O que há é a consolidação de uma forma estatal que hierarquiza e exclui.

Diante desse tipo de diagnóstico, corre-se o risco de cair, com alguma facilidade, nas armadilhas de discursos que desqualificam a atuação estatal, reafirmando que a negação do estado ou sua minimização seria o caminho mais desejável. Esse, todavia, não nos parece ser o caminho a seguir. Pois, ainda que imperfeito e agindo mais pela manutenção das desigualdades do que pela consolidação das igualdades, o Estado ainda se apresenta como a única forma de poder político capaz de assegurar direitos e cidadania.

O ponto desse estudo, ainda que busque evidenciar essa forma excludente de atuação do Estado, não é avançar uma agenda de abandono do Estado, pelo contrário, é substanciar discussões que busquem reafirmar sua existência. O que não queremos, contudo, é a manutenção dessa forma excludente de Estado. O que queremos é simplesmente que o Estado brasileiro passe a praticar a responsabilidade cidadã que a Constituição de 1988 reafirma. Em 1988, foi consolidado o instrumento jurídico para tal. O que ainda falta é a consolidação de um conjunto de práticas institucionais que o coloque em prática.

Capítulo 1

O ESTADO PARTIDO

Da cidade ao Estado partido

Desde a redemocratização brasileira com o fim do regime militar (1964-1985), mas sobretudo ao longo dos anos 1990, o problema da segurança pública, alavancado por altas taxas de criminalidade e violência urbana, passou a dominar a maior parte das pesquisas e análises acadêmicas sobre cidades como o Rio de Janeiro, especialmente no que dizia respeito à problemáticas relativas às favelas (SILVA, 2015). Nesse cenário, que se mantém até hoje, uma parte significativa dos esforços acadêmicos de compreensão das dinâmicas políticas da vida urbana vem se concentrando na intercessão entre criminalidade e cidadania, ou, mais precisamente, em como o processo de construção de nossa cidadania desde a redemocratização está imbricada na busca por formas de controle do crime mais ou menos democráticas (ZALUAR, 1999).

Essa relação entre crime e cidadania não se encerra na academia, prevalecendo também na cobertura midiática e jornalística acerca dos problemas e desafios para a construção da cidadania no Brasil redemocratizado¹. De modo geral, pode-se argumentar que, nesse cenário, cidadania é frequentemente pensada em convergência com o problema do crime, ou, dito de outra forma, que altas taxas de criminalidade e violência urbana seriam um dos principais problemas a serem resolvidos para, de fato, consolidar uma cultura cidadã no país e nas cidades brasileiras. Nesse encontro entre cidadania e violência é possível identificar uma espécie de consenso relativo presente tanto em trabalhos acadêmicos quanto na cobertura midiática: há violência onde há *ausência de Estado*.

Talvez a melhor, ou, pelo menos, a mais popular imagem dessa ideia do Estado ausente seja a de Zuenir Ventura (1996) no livro *Cidade Partida*. Nele, o jornalista apresenta a cidade do Rio de Janeiro como partida em duas. De um lado o Rio cenário, com seus bairros de bossa nova, suas praias de cartão postal e sua população afável, cordial e com suas necessidades cidadãs atendidas pelo Estado. De outro, o Rio problema das favelas e morros. Longe da poesia de Tom e Vinícius, esse outro Rio é marcado pela criminalidade crescente, cuja principal raiz, pelo menos da perspectiva do autor, parece ser a ausência de serviços públicos e a omissão do Estado em garantir segurança. Ou seja, em um dos Rios o Estado se faz presente, cumprindo suas responsabilidades constitucionais, enquanto que no outro o Estado se ausenta, negligenciando a si mesmo.

1 Ver <https://www.correiadoestado.com.br/opiniaio/jose-carlos-de-oliveira-robaldo-ausencia-do-estado-e-o-poder/312974/>; <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/crime-cresceu-nas-favelas-por-ausencia-do-estado-diz-dilma,d2406ce675e4b310VgnCLD2000000bbcceb0aRCRD.html>; <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/foi-a-ausencia-do-estado-que-produziu-essa-violencia-cruel/>; <https://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/1642225/ausencia-do-estado-e-agravante-da-violencia-diz-colegio-da-oab>;

Se, por um lado, Ventura (1996) nos apresenta à cidade do Rio de Janeiro, essa construção socioespacial digna da alcunha *cidade maravilhosa*, por outro, esforça-se a evidenciar uma (não)cidade, um (não)espaço decrépito, problemático e definido por carências e ausências. O Rio seria marcado por uma existência dúbia de duas cidades cindidas, mas destinadas a coexistirem, mesmo que de forma partida e segregada. Baluarte de todos os problemas dessa (não)cidade, o tráfico de drogas, com seus soldados de chinelo e armas de alto calibre, seria uma decorrência quase natural de um Estado ausente, incapaz de fazer florescer aquilo que é comum a todo carioca, o caráter afável e cordial. Isso fica claro no fim do livro, quando o autor entrevista Flávio Negão, “dono” da favela de Vigário Geral, e o apresenta como uma pessoa de boa índole, mas que, devido à omissões do poder público, foi levado a escolher o caminho de uma vida de erros e crimes.

De certa forma, a tese do Estado ausente, principalmente na maneira como aparece no livro de Ventura (1996), reforça certo papel civilizador e moralizante essencial ao Estado. Este seria uma espécie de força contrária à natureza deturpada dos homens, que, mesmo sendo bons, na ausência dessa força civilizadora, podem descambar para o caminho do crime. No escopo dessa tese, o Estado, ou a ausência dele, seria o bode expiatório de todos os problemas sociais urbanos. Assim, seguindo a lógica, sua presença seria a panaceia para todos os problemas.

Em resposta a avaliação de que a ausência do Estado está na raiz dos gargalos de cidadania que caracterizam a cidade do Rio de Janeiro, Jorge Barbosa e Jailson de Souza (2013), ambos geógrafos da Universidade Federal Fluminense e fundadores do Observatório de Favelas, organização da sociedade civil situada na Maré, oferecem avaliação radicalmente oposta à lógica da cidade partida de Zuenir Ventura (1996). Segundo argumentam, o ponto não está necessariamente na cisão da cidade devido ao binarismo presença/ausência estatal, mas na maneira como Estado se faz desigualmente presente nos territórios urbanos.

Da perspectiva de Barbosa e Souza (2013), o ponto não seria a compreensão das dinâmicas referentes a uma *cidade partida*, mas das desigualdades e assimetrias que derivam da atuação de um *Estado partido*, atuação esta que resulta em uma *hierarquização da cidadania*. Nas palavras dos autores,

Há uma *hierarquização da cidadania* no território urbano que, no seu limite extremo, conduz ao *sitamento discriminador* e *ações indiscriminadas de violência contra comunidades populares*. Assim, ao contrário da expressão “cidade partida”, de Zuenir Ventura, que se popularizou a partir da década de 1990, o que temos, historicamente, é um “*Estado Partido*”, voltado para atender às demandas específicas, inclusive no campo da segurança patrimonial dos grupos dominantes. Não houve, em nossa história, uma regulação sobre o cotidiano nas áreas dos trabalhadores mais pobres, negros e posteriormente migrantes, a não ser a ação discricionária e autoritária de contingentes policiais (...). (SOUZA e BARBOSA, 2013, p. 122) (nossos itálicos)

Ao hierarquizar a maneira como cidadania é vivida e distribuída entre cidadãos, o *Estado partido* viola um dos princípios mais basilares da Constituição Federal de 1988, texto que deveria constar como elemento norteador e cerceador único da atuação de todos os órgãos e instituições que constituem o Estado brasileiro. Pois, como ensina Bandeira de Mello (2005, p. 450), cidadania é princípio fundamental da Constituição de 1988, funcionando como um “mandamento nuclear de um sistema” e servindo de critério para “definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico”. Toda e qualquer ação de qualquer instituição ou órgão público deveria, então, orientar-se pelo princípio da cidadania.

Os governados pelo Estado, aqueles diretamente sob seu poder e autoridades soberanas, são, portanto, cidadãos, ou seja,

indivíduos a quem [a Carta Magna de 1988] confere direitos e garantias – individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais –, e lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do Poder público. (MAZZUOLI, 2001)

Cidadania é princípio universal que se projeta como elemento para a superação das desigualdades e diferenças no que diz respeito à maneira como o Estado se relaciona com o todo da sociedade (TEZOTO e OLIVEIRA, 2012). Não há, então, particularidades, hierarquias ou categorizações possíveis quando se trata de cidadania. Cidadão é, por definição, uma categoria a que se aplica todo brasileiro, sem distinção de raça, cor, salário ou endereço. Todavia, fica evidente na atuação do *Estado partido* que esse princípio não é observado e, menos ainda, respeitado.

Nos artigos 182 e 183, a Constituição Federal de 1988 projeta o princípio da cidadania na vida urbana, assumindo as cidades como espaços de direito e cidadania. Interiorizando, portanto, a noção do *direito à cidade* como elemento jurídico e instrumento legal para reger a forma como as forças do Estado devem se relacionar e entender a cidade. Por meio do Estatuto da Cidade, as cidades são alçadas à condição de espaços democráticos, sendo o Estado obrigado a efetuar planejamento e ordenamento urbano de modo a garantir o bem-estar de todos seus habitantes, assim como garantir que a população urbana terá garantido seu direito à participação ativa na formulação e processos de tomada de decisão dos processos urbanos. De acordo com Melo (2003, p. s/p),

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, para além de alçarem o direito à cidade à categoria de direito fundamental, instituíram de forma vanguardista a gestão democrática da cidade e a democracia participativa.

Embora o Estatuto da Cidade estabeleça importantes diretrizes para a gestão da cidade, nos interessa particularmente o capítulo IV que diz respeito a 'gestão democrática da cidade', e que trata sobre as transformações físicas do ambiente urbano levando em consideração a opinião e a participação da população, incentivando assim, o exercício da cidadania e a democracia pelo caminho político, mediante a democracia participativa. Ao atuar *hierarquizando cidadanias*, o *Estado partido* nega a Constituição de 1988, negando, portanto, a si mesmo enquanto agente para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária, na qual homens e mulheres são tratados simplesmente enquanto cidadãos, ou seja, sujeitos de direito, cujas vozes, demandas e necessidades deveriam constar do centro de qualquer tomada de decisão por parte do poder público, seja ele municipal, estadual ou federal. Essa hierarquização também nega à cidade seu status constitucional de espaço de direito. No limite das práticas do *Estado partido* a universalidade da cidadania é violada e substituída por particularidades arbitrárias, que categorizam cidadãos pelo endereço, entre tantas outras categorias e diferenciações.

Essa *hierarquização da cidadania*, que resulta do modo como atua esse *Estado partido*, tornou-se ainda mais evidente no Rio de Janeiro a partir de 2008, quando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) surgem como principal política pública para segurança e combate à criminalidade na cidade e depois no estado do Rio de Janeiro. De certa forma, as UPPs podem ser compreendidas como um esforço por parte do poder público de evidenciar sua presença em áreas antes negligenciadas, o que a insere na noção da ausência do Estado.

Com o advento da UPP, a tese da ausência do Estado ganha, pelo menos da perspectiva das forças de repressão do Estado, um novo capítulo. Caracterizado pela forte presença policial em áreas antes marcadas pela “ausência” desse mesmo poder, as UPPs assinalam o fortalecimento de uma estratégia continuada de presença do Estado em áreas de favela pela via policial e militar. Junto de cada bandeira hasteada, sempre com a presença do então governador Sérgio Cabral e de seu secretário de segurança pública, José Beltrame, vinha sempre o discurso da ocupação de um território outrora vazio de Estado². As bandeiras e os contêineres com policiais recém treinados – e, pelo menos em tese, incorruptíveis – seriam as marcas d’água dessa nova presença, por meio da qual o Estado finalmente buscava resolver sua suposta negligência histórica.

Ao hastear sua bandeira e fincar sua presença por meio de sua força de segurança e repressão, o Estado busca reafirmar e tornar visível sua autoridade, fazendo-se presente principalmente por meio de seu poder policial e de sua capacidade de reprimir e monopolizar o uso da força. *Pacificação* seria uma espécie de metonímia para o exercício de controle da vida cotidiana de determinados territórios e populações (FRANCO, 2018). Marcada pela presença estatal pela via policial e militar, as favelas finalmente seriam pacificadas, ou seja, finalmente estariam controladas, contidas e, por que não, civilizadas.

Hierarquizando cidadanias, o Estado parte seus territórios em várias camadas, umas mais merecedoras de respeito, dignidade e cidadania, outras de controle e repressão. O *Estado partido* é, nesse sentido, um agente de desigualdades. A complexidade das desigualdades socioespaciais de todo o Rio de Janeiro, de sua municipalidade a sua região metropolitana, não pode ser compreendida se a tese da ausência do Estado não for superada. O Estado se faz presente mesmo quando se omite ou negligencia determinados territórios e populações, pois omissão e negligência são qualidades de presenças que criam e consolidam exclusões, exceções e desigualdades. Mesmo omissor, mesmo negligente, o Estado, como nos ensina com muita clareza Marielle Franco (2018) – vereadora do Rio pelo PSOL e ativista dos direitos humanos covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018 – produz e reproduz ativamente políticas de exclusão e de punição de uma parcela significativa de sua população.

Da perspectiva de Franco (2018), assim como em Barbosa e Souza (2013), estamos diante de uma leitura da complexidade social carioca que nos leva a compreender não o binômio ausência/presença estatal, mas a qualidade das múltiplas presenças que o poder público projeta sobre os territórios. Na sua dissertação de mestrado acerca das UPPs e das políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro defendida em 2014 na Universidade Federal Fluminense, Franco (2018) dissecou as teses da ausência do Estado e de que favelas seriam territórios em guerra. Seu estudo joga luz na maneira como o poder público constrói múltiplas formas de presença por meio de uma teia de políticas públicas que faz com que o Estado esteja fortemente presente para garantir a ordem e exercer repressão e controle sobre o cotidiano das favelas ao mesmo tempo em que exclui e criminaliza atividades e manifestações culturais e sociais de seus moradores.

Esse *Estado partido*, por meio de sua forte presença militarizada, tutela o morador e os territórios de favelas, indicando aquilo que pode e o que não pode, controlando as formas de expressão até mesmo do ponto de vista estético, principalmente no que diz respeito ao *Funk* (FRANCO, 2018). Ao mesmo tempo, sustenta iniciativas diametralmente opostas em outras áreas da cidade, assegurando a liberdade de expressão e até mesmo fazendo vista grossa para o uso de drogas em espaços públicos pela parcela mais rica de sua população. Basta uma tarde em Ipanema para perceber que ali não há guerra às drogas. Nas favelas, o *Estado partido* é um agente da repressão e da violência e agressividade. Nas áreas mais ricas da cidade, o mesmo *Estado partido* age para a manutenção e conservação de privilégios. No limite, o *Estado partido* é um agente da desigualdade.

2 Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/pm-hasteia-bandeiras-do-brasil-do-estado-em-favela-do-cosme-velho-8237733>, último acesso 03/04/2019.

De modo geral, o que a dissertação de Marielle Franco (2018) e a percepção de Souza e Barbosa (2013) evidenciam é que a tese da ausência do Estado é insuficiente para a compreensão da complexidade socioespacial de uma cidade como o Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito ao que talvez seja o principal problema dessa cidade, suas várias desigualdades. Superada a tese da ausência, o que passa a interessar é a compreensão de como o Estado se faz presente de forma plural e desigual, projetando-se como uma força capaz de incidir das mais variadas maneiras sobre o cotidiano das populações e dos territórios, garantindo ou violando direitos e hierarquizando cidadanias. Da perspectiva que assumimos aqui, o problema não está na cidade ou nas dinâmicas urbanas, por mais incoerentes e conflituosas que possam de fato ser, mas na atuação direta de um Estado que se faz presente de modo hierarquizante e seletivo. O que passa a interessar, portanto, são os *modos de presença* desse *Estado partido*.

Modos de Presença

Como, então, analisar as presenças desse *Estado partido* nos espaços urbanos, de modo a compreender de que maneira o Estado garante ou viola cidadanias e se relaciona com o quadro de desigualdades e assimetrias socioespaciais que caracterizam e condicionam os cotidianos no Rio de Janeiro? Para responder essa questão, propomos organizar essa problemática em torno de dois *modos de presenças* distintos, porém complementares, que servirão como base para a análise do material empírico colhido na pesquisa de campo em Parque Colúmbia e Chatuba de Mesquita. Conforme veremos, cada um dos capítulos seguintes abordará um modo de presença específico.

De um lado, há o que chamamos de *presença material*, ou *infraestrutural*. De outro, há a *presença imaterial* ou *relacional*. A primeira diz respeito ao conjunto de intervenções concretas que o Estado faz nos espaços e territórios a partir de sua capacidade de investimento e de construção de equipamentos infraestruturais. A segunda remete à qualidade das relações que o poder público estabelece com os territórios e populações que governa. Na complexidade dos cotidianos vivenciados pelos moradores das áreas estudadas, ambas presenças aparecem de uma só vez, sem nenhuma distinção. Todavia, parte importante de nosso esforço analítico está em decupar o que na prática aparece como uma única complexidade.

O que chamamos de *presença infraestrutural* talvez seja de compreensão mais fácil. Uma boa ilustração desse modo de presença seriam as obras oriundas de programas governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC ou políticas públicas de urbanização como o Bairro Maravilha. Ambos os exemplos remetem a políticas de investimento de dinheiro público na construção de infraestruturas urbanas. Como nos ensina Lefebvre (1991), a dimensão infraestrutural e material do espaço constitui plataforma concreta e tangível para o estabelecimento dos ritmos e rotinas cotidianas. Assim, ao tratar desse modo de presença, estaremos tratando da capacidade que o Estado tem de se impor como agente de produção da dimensão concreta e tangível dos espaços, incidindo sobre e condicionando as maneiras como as pessoas vivem o dia a dia da cidade.

A capacidade e a qualidade de investimentos e gastos públicos estatais em infraestrutura é, portanto, uma das maneiras mais eficazes do Estado se fazer presente. Pois, por meio de sua *presença infraestrutural*, o Estado se faz materialmente visível, estampando seu poder por meio de chancelas e concretos fundamentais para a manutenção das rotinas na cidade. Ainda que, como vemos com frequência no Rio, essas infraestruturas podem sucumbir ao poder de chuvas, ondas ou simplesmente pela incapacidade do próprio Estado em assegurar sua manutenção³, essas intervenções concretas não se apagam facilmente com o

3 Anualmente o Rio de Janeiro sofre danos estruturais graves por conta de temporais e chuvas fortes que caem rigorosamente todo verão, afetando os fluxos cotidianos

passar do tempo, garantindo ao Estado alguma capacidade de se fincar como poderoso agente de produção e reprodução socioespacial.

A noção de *presença material* ou *infraestrutural* do Estado pode ser melhor definida se traçarmos um paralelo com o que Michael Mann (1984) define como *poder infraestrutural do Estado*. Segundo o autor, esse tipo de poder remete à capacidade do Estado de se inserir como força provedora para as relações estabelecidas na dimensão da sociedade civil. Ao construir e controlar infraestruturas de, digamos, mobilidade, como estradas, rodovias ou redes de geração e transmissão de energia elétrica, o Estado se projeta como força capaz de fomentar e controlar dinâmicas sociais, ainda que indiretamente. Por meio de seu *poder infraestrutural*, o Estado age *na* sociedade, incidindo sobre decisões e processos sociais e cotidianos sem, necessariamente, fazer uso de sua capacidade de repressão e controle por meio de forças armadas e policiais (MANN, 1984, p. 189).

Esse tipo de poder é o que possibilita ao Estado se fazer presente não somente como um aparato burocrático capaz de monopolizar o uso da força, no sentido da clássica definição de Max Weber (1996), mas como um complexo aparato socioespacial capaz de fomentar e condicionar processos socioespaciais. Por essa perspectiva, o Estado se apresenta como um agente facilitador e mediador dos múltiplos processos que se dão em seu território.

Por sua vez, o que chamamos de *presença imaterial* ou *relacional* não é de compreensão tão óbvia. De modo geral, definimos como *presença relacional* a maneira como o Estado lida com as populações que estão sob seu governo, ou, dito de outra forma, a partir das relações que o Estado estabelece entre povo, território e governo. Uma boa ilustração desse modo de presença seria a intenção do poder público, na ocasião da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro em 2018⁴, de conseguir mandados coletivos de busca e apreensão para regiões e bairros mais violentos e com taxas de criminalidades mais altas⁵, que, não por acaso, confundem-se com regiões mais pobres e vulneráveis e com índices de qualidade de vida inferiores. Opção bastante incomum, tais mandados coletivos autorizariam os agentes do Estado a entrarem e vasculharem quaisquer casas em um bairro, mesmo sem indício claro que o morador ou moradora da casa tenha cometido crimes ou qualquer irregularidade ou necessariamente haver mandados de prisão contra qualquer pessoa naquele endereço.

A iniciativa do Estado de criar condições legais para invadir casas em uma determinada região com a intenção de combater o crime evidencia a maneira desigual e excludente com que o Estado se relaciona com territórios e populações distintas. No bojo dessas hierarquizações, para determinados territórios e populações, o Estado significa proteção e garantia de direitos, para outros, o mesmo Estado se apresenta como uma força de repressão e violação de direitos constitucionais. Ou seja, em determinados lugares e com diferentes populações, o Estado estabelece relações distintas, reafirmando e fortalecendo desigualdades.

Ainda que hajam dimensões e órgãos dentro da multiplicidade do Estado que agem no sentido contrário, de modo a buscar garantir direitos e impor algum tipo de igualdade contrária a qualquer forma de hierarqui-

da cidade e evidenciando certo descaso do poder público com a manutenção das infraestruturas essenciais da cidade. Em uma cidade tropical e à beira-mar, é incompreensível que ainda não houve investimentos e obras capazes de resolver, de vez, o problema anual das chuvas. O que percebe-se, ao contrário, é a redução sistemática no orçamento e nos gastos públicos a esse respeito. Como recentemente noticiado a partir de informações colhidas no Portal da Transparência, de 2014 a 2018, houve redução de 78% no valor total gasto pela Prefeitura do Rio de Janeiro em programas e obras para controle de enchentes.

Ver: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/galeria_de_imagens/2019/02/669456-temporal-deixam-mortos-e-destruicao-no-rio-de-janeiro.html ; <https://veja.abril.com.br/brasil/com-crivella-verbos-para-controle-de-enchentes-no-rj-cairam-quase-80/> (último acesso 03/04/2019)

4 Decreto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9288.htm (último acesso 03/04/2019).

5 "Exército Prepara Ordem de Busca e Apreensão em Bairros Inteiros do Rio" https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519078828_906789.html (último acesso 03/04/2019).

zação, o todo do Estado, ou pelo menos seus órgãos e instâncias de tomada de decisão com mais capacidade de ação e de imposição de agendas, parece se fundamentar na hierarquização como princípio básico para sua ação. A intervenção segue como um bom caso para evidenciar esse comportamento comum ao Estado.

Ainda que o Judiciário tenha bloqueado a iniciativa do mandado coletivo, retirando do exército garantia legal para seus atos de exceção e exclusão, os tanques e forças do exército e marinha forma deslocados para ocupar regiões e bairros de favela, incidindo diretamente no cotidiano dessa pessoas. Mesmo sem garantias legais, o exército, legitimado como força interventora pelo governo federal, em parceria com a polícia militar do estado do Rio de Janeiro, atuou de forma autoritária e violenta sobre os espaços mais vulneráveis da cidade. O resultado foi um aumento exponencial do número de mortes decorrente por operações policiais.

Como mostra a ferramenta *Contador*⁶ elaborada pelo Observatório da Intervenção, a intervenção resultou em um total de 1.375 mortes decorrentes da ação policial, além de 206 casos de violação de direitos e na morte de 99 agentes de segurança. A maior parte desses casos ocorreram em favelas como Rocinha e Pavão-Pavãozinho, na zona sul carioca, assim como no Complexo do Alemão e Cidade de Deus. Na baixada, as cidades de Belfort Roxo e Duque de Caxias foram as que mais concentraram mortes decorrentes de ação policial. O trabalho do Observatório da Intervenção, com todos os dados que conseguiu colher, foi capaz de demonstrar numericamente a consequência letal dessa presença relacional do Estado por meio da intervenção. O interessante é notar que, também por meio de dados do Observatório, com exceção do roubo de cargas, que reduziu, nenhum outro indicador de violência urbana teve melhora expressiva. Promove-se a exclusão e a morte por uma razão abstrata que não se concretiza como melhoria tangível e perceptível.

Por *presença imaterial*, refiro-me, então, à forma como o Estado lida com a multiplicidade e diversidade dos territórios e populações submetidos ao seu poder. É um tipo de presença que implica muito mais a consolidação de uma cultura de desigualdades que se reproduz por um conjunto de práticas conscientes e arbitrarias do Estado de sustentar exclusões e exceções em determinados lugares, ao mesmo tempo em que reafirma privilégios e particularidades em outros.

Esse modo de presença é menos visível que a *presença material*, pois suas consequências não ficam, necessariamente, tangivelmente expostas nos espaços como equipamentos e obras concretas e duradouras. Ficam mais evidentes nos corpos e nas memórias dos que vivem essas hierarquizações da cidadania, principalmente se a pessoa é tida pelo poder público como um cidadão de segunda classe ou habita algum território tratado pelo poder público como inferior. A essas pessoas, direitos básicos, como moradia e segurança, são conscientemente negados por parte do Estado, deixando marcas profundas nas vidas das pessoas que são submetidas a elas. Não são raros os casos de pessoas que desenvolvem problemas de saúde física e mental em decorrência de arbitrariedades do Estado (MAGALHÃES, 2016).

Além do que define como *poder infraestrutural*, Michael Mann (1984) atribui ao Estado outro tipo de poder: o *poder despótico*. Se o *poder infraestrutural* remete a capacidade dos Estados de penetrar na sociedade civil e exercer sua capacidade de controle para além do uso direto das forças que monopoliza, o *poder despótico*, por sua vez, diz respeito diretamente à capacidade do Estado de mobilizar suas forças militares e policiais como agentes de controle, contenção e repressão da sociedade. O *poder despótico*, conforme definido por Mann (1984, p. 190), tem relação direta com uma das características mais definidoras do Estado, conforme enxergou Max Weber (1996), o monopólio da força.

Em territórios vulneráveis, a *presença imaterial* se apresenta diretamente como uma manifestação do *poder despótico* (MANN, 1984). Nas favelas cariocas esse poder fica evidente pela frequente opção do poder

6 <http://observatoriointervencao.com.br/dados/apresentacao-de-infograficos/> (último acesso 03/04/2019)

público de militarizar a maneira como lida com os problemas enfrentados naqueles territórios. A UPP seria uma manifestação clara dessa opção pela via militar, assim como as operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO) e a própria intervenção federal/militar. O que salta aos olhos dessas operações de militarização da vida urbana é a função atribuída ao exército em regiões distintas da cidade. Se nas favelas o exército cumpre a função de garantir a ordem reprimindo e tutelando o morador, em regiões de maior poder econômico, como os bairros da zona sul da cidade, o exército cumpre essa mesma função protegendo os fluxos e ritmos cotidianos dos cidadãos de primeira linha que seguem no seu cotidiano nas regiões privilegiadas. Um fato interessante que revela essa maneira desigual de se relacionar com os mais pobres e os mais ricos está na medida arbitrária de fichar os moradores de favelas, tirando fotos do rosto e do documento de identidade, conforme noticiado pela *Folha de São Paulo*⁷ na ocasião da intervenção federal/militar⁸.

Assim, mais do que as infraestruturas e equipamentos mobilizados pela militarização, o que salta aos olhos é a forma desigual e assimétrica como o poder público se faz presente em territórios favelados e não-favelados. Talvez o ponto mais fundamental elencado pela noção de *presença imaterial* e pela percepção de que há *hierarquias de cidadania*, conforme notam Souza e Barbosa (2013), seja a maneira como, em determinados territórios da cidade, o Estado busque exercer sua prerrogativa de assegurar e garantir direitos constitucionais, enquanto em outros, como nas favelas, viole sistematicamente os mesmos direitos.

É claro que essa hierarquização se manifesta também concretamente na forma infraestrutural. Em determinados lugares da cidade as escolas são piores, o saneamento básico não é garantido, as linhas de ônibus são mais escassas ou em piores condições, mas, além de tudo isso, algumas regiões têm de lidar com operações ou ocupações policiais como parte de seu cotidiano. Esse modo de presença imaterial fica evidente tanto na qualidade infraestrutural das escolas ou creches, quanto no fato do simples ato de ir para a escola se transformar em uma operação estratégica que a família tem de enfrentar frequentemente.

Como buscamos demonstrar na publicação *Ninguém Entra, Ninguém Sai* (VELOSO e SANTIAGO, 2017), sobre a condição da mobilidade urbana no Complexo do Alemão, o problema pior nem sempre é a falta de ônibus, mas a dificuldade que as pessoas encontram para sair de casa e chegar no ponto de ônibus, tendo de cruzar um campo de batalha no caminho, com tiros à deriva disparados por forças do Estado como parte da guerra às drogas. De acordo com dados levantados pelo *Coletivo Papo Reto*, um coletivo de moradores do Complexo do Alemão que atua na defesa dos direitos humanos naquela comunidade, estima-se que, entre janeiro e setembro de 2017, 70% dos dias teve tiroteio ocasionado por operações da Polícia Militar.

Uma vez que essas operações aconteciam, na sua maioria, pela manhã, a ida à escola de boa parte das crianças que vivem nas favelas do Complexo ficava definitivamente comprometida. Não só o direito a se mover pela cidade fica restrito por conta dessa maneira cruel de se relacionar com territórios de favela, quase sempre na base de tiro e bombas matinais, mas também o direito à educação. No afã de combater forças malignas do tráfico de drogas, o estado do Rio de Janeiro, por meio de sua força policial faz exatamente o

7 "Moradores deixam comunidades após serem fotografados em ação do Exército". <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/moradores-deixam-comunidades-apos-serem-fotografados-em-acao-do-exercito.shtml> (último acesso 03/04/2019)

8 Essa forma desigual de tratamento conferida a cidadãos que deveriam ser tratados da mesma forma evidencia, entre tantas outras dimensões das desigualdades cariocas, o racismo como uma prática cotidiana das forças de segurança. Em um curso sobre cidades, oferecido aos alunos de graduação de relações internacionais da PUC-Rio no ano de 2017, os alunos deveriam escolher problemáticas referentes a suas experiências cotidianas e construir um projeto de pesquisa que os possibilitasse olhar analítico para tais problemáticas. Um aluno, de classe média, filho de professores universitários, residente em um bairro da zona sul, que se deslocava todos os dias para a universidade de bicicleta, contou que desistiu da bicicleta como meio de transporte pois, ao passar pela ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas, era constantemente parado e forçado a abrir sua mochila para a revista de policiais que faziam a patrulha da região. Ao questionar os policiais a razão daquilo, a resposta era sempre a mesma: moradores reclamam de pessoas com seu biótipo executando furtos e roubos. O aluno em questão era negro. Escutando o caso, outro aluno, também de classe média, também morador da zona sul e que também se deslocava de bicicleta para a universidade pela Lagoa, mas branco, contou que os mesmos policiais nunca o fizeram parar ou o revistaram. Pelo contrário, os policiais acenavam e o cumprimentavam sempre que passavam por ele.

oposto daquilo que deveria fazer. Ao invés de garantir e resguardar direitos constitucionais de toda sua população, esforça-se para negá-los sistematicamente a uma parcela significativa da população sob seu governo.

O resultado dessa maneira desigual de presença que o Estado estabelece entre aqueles que devia governar de forma igualitária e universal é a manutenção de um quadro de desigualdades sustentado por uma lógica de exclusão que se contrapõe à universalidade dos direitos, conforme versa a constituição de 1988. O *Estado partido*, incapaz ou negligente demais para assegurar universalidade dos direitos constitucionais, governa por particularidades produzidas e reforçadas por ele mesmo.

A *presença infraestrutural* do Estado produz desigualdades infraestruturais, como fica evidente, por exemplo, no contraste entre dois bairros da região portuária do Rio de Janeiro. De um lado, o Porto Maravilha, que, com os investimentos públicos que recebeu de uma bilionária parceria público-privada (VELOSO e JOBIM, 2013), foi completamente reurbanizado, recebendo novas vias, calçadas, modais de mobilidade, áreas públicas como o Boulevard Olímpico e intervenções artísticas, como o gigantesco mural do prestigiado grafiteiro Kobra e o Museu do Amanhã⁹. Do outro lado, separados por apenas uma via, está o Caju, um bairro em ruínas, onde os moradores têm de lidar com vias intransitáveis e esgoto à céu aberto.

Se o Porto Maravilha, bairro completamente revitalizado com dinheiro público, é um cartão postal de entrada para os milhares de turistas que chegam de cruzeiros no Rio de Janeiro todo ano, o Caju, bairro vizinho, pode ser descrito como uma *zona de sacrifício ambiental* (OLIVEIRA, 2015). Na fronteira oposta ao novo cartão postal da cidade, os moradores convivem com ruas tão destruídas que mais parecem cenários de guerra, onde não só o asfalto foi destruído, como o entulho de prédios abandonados se acumulam nas esquinas e esgoto corre solto por canos expostos e sem nenhuma manutenção. O simples ato de viver e existir num espaço como esse é um sacrifício.

Talvez não haja no Rio lugares que evidenciam tão claramente essa desigualdade infraestrutural quanto o Porto Maravilha e o Caju, dada a centralidade e a projeção internacional que o Porto Maravilha recebeu na ocasião dos Jogos Olímpicos¹⁰. Qualquer pessoa, turista ou não, que acesse a ponte Rio-Niterói vê bem claramente o Rio cartão postal de um lado e o Rio ruína do Caju do outro lado. Mas essa desigualdade infraestrutural causada pela maneira desigual como o Estado se faz presente materialmente é também marcante em áreas menos centrais da cidade, como, por exemplo, no bairro de Parque Colúmbia, onde fizemos parte da pesquisa de campo.

No espaço desse pequeno bairro nos limites da cidade, encostado na Via Dutra e recortado por galpões de logística e movimentação de cargas e mercadorias, a prefeitura do Rio produziu, entre 2010 e 2014, espaços urbanizados com calçadas padronizadas e vias asfaltadas por meio de seus programas Bairro Maravilha e Morar Carioca¹¹, ao mesmo tempo em que removeu populações de forma truculenta e demoliu construções nas margens do rio Acari, que, com bastante frequência, transborda, causando alagamentos e inundações. O resultado é um bairro visceralmente desigual, com uma parte urbanizada e a outra arruinada, literalmente.

A desigualdade das condições de vida de Parque Colúmbia não decorre da presença do poder público municipal em uma parte e da ausência desse mesmo poder em outra parte do mesmo bairro. O bairro não

9

10 Ver <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2016/aug/03/the-olympic-city-as-seen-by-the-young-people-of-rios-favelas-in-pictures> (último acesso 03/04/2019); https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/08/150804_rio2016_galeria_antes_depois (último acesso 03/04/2019).

11 De acordo com informações oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Programa Morar Carioca investiu, entre os anos de 2010 e 2016, R\$2,72 bilhões em obras distribuídas por toda a cidade. Ainda de acordo com a Prefeitura, o programa cobria obras desde saneamento básico até a construção de creches e escolas, assim como requalificação de infraestrutura de mobilidade e transporte. Informações adicionais e gerais acerca do programa podem ser encontrados no seguinte link: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>

foi abandonado pelo Estado. Portanto, o binômio presença/ausência simplesmente não se aplica. Pelo contrário, a desigualdade visceral que caracteriza esse pequeno bairro na fronteira da cidade decorre da forma como o poder público municipal se faz desigualmente presente – material e imaterialmente –, articulando políticas públicas antagônicas para lidar com partes distintas do bairro. Não é à toa que a parte mais pobre do bairro, que sofre com constantes alagamentos do Rio Acari, evidencia presenças destrutivas do poder público, que opta pela remoção como política pública para “resolver” o problema das constantes enchentes, enquanto que a parte mais rica do bairro recebe investimentos consideráveis, por meio do programa Bairro Maravilha, para a padronização de suas vias e calçadas e construção de uma bela e arborizada praça, cheia de equipamentos de lazer e esporte para crianças e idosos. No próximo capítulo trataremos esse cenário como evidência de uma presença esquizofrênica do poder público, que constrói e destrói simultaneamente uma mesma parte de si.

Capítulo 2

PRESENCAS MATERIAIS

Chatuba e a produção do espaço pelo Estado

O bairro de Chatuba, na cidade de Mesquita, é um lugar que alaga com bastante frequência. Um dos limites do bairro (em sua porção Sul) é o rio Sarapuí – personagem fundamental para a pesquisa. Com cerca de 36 Km de extensão, o rio é formado em Bangu, a partir de outros rios que nascem no Maciço da Pedra Branca, e deságua no rio Iguaçu, já próximo à Baía de Guanabara, a alguns metros de distância do Aterro Sanitário de Gramacho. Neste percurso o rio vai sendo poluído e assoreado ao longo de vários pontos, com diversos conflitos socioambientais derivados da ocupação de suas margens. Este, entretanto, não é um problema específico do Sarapuí, senão de grande parte dos rios que atravessam a Baixada Fluminense, como mostra o *Boletim Sarapuí Vivo*, realizado pelo Instituto Mais Democracia (2018) e parceiros no âmbito do “Projeto Bioma Mata Atlântica: A Luta Pelo Direito à Água do Rio Sarapuí na Baixada Fluminense”¹².

A história da Chatuba está ligada ao processo mais amplo de formação de Mesquita, de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense. Mesquita é o município mais novo da Baixada, tendo se emancipado de Nova Iguaçu em 1999, e possui cerca de 170 mil habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE para o ano de 2017. O nome do município é uma homenagem a Jerônimo Roberto de Mesquita, o segundo Barão de Mesquita, que foi proprietário das terras da Fazenda Cachoeira, onde foram criados, posteriormente, os municípios de Nilópolis (1947) e, mais recentemente, de Mesquita.

Assim como nos outros municípios da Baixada, a região foi lugar de grandes canaviais desde o século XVIII até o meados do século XIX, quando a economia da cana já não se sustentava mais na região. O declínio do interesse econômico-estratégico na região se dá muito em função da instalação das ferrovias, na segunda metade do século XIX, retirando, assim, o intenso fluxo de mercadorias que havia nos rios da região, espaço de fluxo fundamental para os produtores do sul fluminense escoarem sua produção ao porto do Rio de Janeiro, de onde seria exportado.

Como maneira de otimizar a utilização econômica da região da Baixada, grandes obras foram financiadas pelo poder público no final do século XIX, por meio da *Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada*

12 Dentro do projeto “Bioma Mata Atlântica”, o Instituto Mais Democracia, com apoio do fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e a parceria de instituições com grande histórico de mobilização social na Baixada Fluminense, como FASE, Movimento Pró-Saneamento (MPS), Centro de Ação Comunitária (CEDAC) e Sindicato dos Trabalhadores nas empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (SINTSAMA-RJ) promoveu uma oficina de mapeamento dos conflitos socioambientais na bacia do rio Sarapuí, envolvendo 5 municípios da Baixada. Nestas oficinas, batizadas de *Se esse rio fosse nosso*, foram identificados e discutidos 28 conflitos ao longo do rio, que resultaram na cartografia social apresentada abaixo, publicada no *Boletim Sarapuí Vivo* (INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA, 2018).

(1884 a meados de 1900), ou da *Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios que Deságuam na Baía de Guanabara* (1910 a 1916). Ambas comissões empreitaram obras que retificaram os rios Estrela, Imbariê, Iguaçu, Inhomirim, Meriti, Saracuruna, Suruí, Guapi-Magé, Macacu e Sarapuí. Nas palavras de Elmo Amador, esses rios “foram transformados em grandes valas retas e estéreis” (AMADOR, 1992, p. 235).

Tais obras foram fundamentais para o ajuste capitalista da região. As terras baixas e pantanosas situadas às margens dos sinuosos rios da Baixada foram trazidas ao mercado e apropriadas pelos grandes proprietários de terra da época, possibilitando o início da produção do produto que vai marcar a nova fase do desenvolvimento da região: a laranja. O clima, o solo, e, com as obras públicas de construção infraestrutural nos rios, a drenagem da região - aproveitando o decaimento natural entre a serra de Madureira e a Baía de Guanabara – foram feitos propícios para o plantio comercial da laranja em larga escala.

A presença material do Estado, produzindo uma plataforma infraestrutural, foi fundamental para impulsionar o uso comercial das terras naquela parte da Baixada Fluminense. De acordo com Julia Bernardes,

“Os estímulos governamentais fazem-se sentir na esfera estadual e federal: intervêm na construção de infraestrutura melhorando as condições de transporte, abrindo vias terrestres e reduzindo os fretes, colocando como prioritário o problema do saneamento, drenando planícies e desenvolvendo o programa de recuperação de zonas imprestáveis ao nível de comércio exterior facilita a exportação conseguindo a reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros na exportação de frutas entre Brasil e a Argentina” (BERNARDES, 1983, p. 31, *apud* TAVARES, 2007, p. 46).

A propriedade fundiária estabelecida na região do que hoje é Mesquita não se concentrou em grandes extensões de terra, senão em um regime mais empresarial de fracionamento em parcelas (*chácaras e sítios*), que seriam arrendadas a produtores familiares, majoritariamente – muito por conta do fim regime escravista. Este regime familiar de produção citrícola se mantém até meados dos anos 1940, quando a Segunda Guerra Mundial começa a gerar problemas para a exportação (principal destino da produção da Baixada), e a economia da laranja entra em crise. Neste momento a *Estrada de Ferro Central do Brasil* já está eletrificada, e nos anos 1950 é inaugurada a *Rodovia Presidente Dutra*, que também atravessa a Baixada Fluminense. Com isto, o loteamento das chácaras e sítios para o uso urbano (comercial e residencial) se amplia rapidamente, e uma grande e rápida transformação do uso do solo – do rural ao urbano – tem lugar na Baixada Fluminense (SOUZA, 1992, p. 109).

Tendo em vista o padrão histórico brasileiro de relações nem sempre muito republicanas entre Estado e Mercado, muitos loteamentos foram sendo realizados sem o devido respeito à legislação, a partir de “conhecimentos” dos agentes loteadores na estrutura de governo ou do interesse direto dos agentes públicos nos loteamentos. Para que os loteamentos fossem legalmente realizados, a incipiente legislação urbanística da época¹³, determinava, entre outras coisas, a elaboração de um plano de loteamento previamente aprovado pela prefeitura, ou, ao menos, a implantação de sistemas de drenagem.

No entanto, como havia grande influência dos proprietários de terras sobre os governos locais, e, ao mesmo tempo, certa “inexperiência” das prefeituras em lidar com temas de desenvolvimento urbano, muitos loteamentos foram legalizados sem cumprir as determinações previstas (SOUZA, 1992, p. 180). Na capital, a implantação de loteamentos que não cumprissem a legislação, ou pelo menos a sua regularização, era mais

13 No caso da pesquisa de Souza (1992), no município de Nova Iguaçu.

complicada por conta das maiores exigências do poder público no Distrito Federal – ainda que se saiba que centenas de loteamentos foram realizados à revelia da legislação na capital, principalmente após os anos 1970, quando a cidade do Rio de Janeiro deixa de ser Distrito Federal.

Parte da área em que está situado o bairro de Chatuba foi loteada pelo Banco Delamare, ainda na década de 1950, quando começa a ser constituído o bairro. Nesta mesma época, outras grandes glebas de Mesquita são vendidas, como o terreno da olaria *Ludolf & Ludolf*, adquirido pela imobiliária Santo Elias e loteado a partir de 1954 (TAVARES, 2007, p. 60). Mesquita, ainda distrito de Nova Iguaçu, tanto atraía trabalhadores para suas indústrias, que se expandiram no pós-Guerra, quanto era procurada por famílias que buscavam terrenos para construir suas casas enquanto trabalhavam na capital.

A região, apesar da velocidade de criação dos loteamentos, foi marcada por uma ocupação urbana bastante mais lenta. Isto porque a própria lógica do loteamento faz com que fossem criados diversos “vazios urbanos” entre os lotes consolidados, de maneira a provocar o poder público a prover estrutura e serviços às áreas mais distantes das centralidades, o que automaticamente gera a valorização dos terrenos situados ao longo do caminho. Por isto muitos relatos apresentados por antigos moradores dão conta da existência de grandes trechos com mato, lama e da enorme distância até os pontos de ônibus.

Chatuba tem um loteamento bastante regular, com alinhamento de casas, lotes e ruas. As áreas com “aspecto de favela”, nas palavras de uma das lideranças comunitárias entrevistadas, estão na parte alta, na encosta do maciço de Gericinó. Esta é a única região do bairro da Chatuba que nunca passou por nenhum programa de urbanização. Mesmo antes dos programas “Baixada Viva” ou do “Nova Baixada”, desenvolvidos entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, o bairro já possuía arruamento e características urbanas dos grandes loteamentos periféricos existentes em abundância na região metropolitana do Rio de Janeiro e em outras grandes metrópoles, como em São Paulo.

O bairro se constitui, de alguma maneira, também a partir de uma certa oposição entre a parte mais baixa, por onde corre o rio Sarapuí, e a parte mais alta, que já se aproxima (e atualmente, ocupa parte) do maciço de Gericinó, utilizado, nesta região, como campo de treinamento do exército. A parte mais baixa era considerada de “pântano”, e não foi totalmente urbanizada, o que possibilitou a ocupação habitacional irregular, que posteriormente se tornou uma favela, de acordo com os moradores. Atualmente, a parte mais alta do bairro, cuja ocupação era limitada pelo rio Socorro, também abriga um conjunto de casas que os moradores que vivem na área mais baixa classificam como favela, pois não estão alinhadas às vias (que não são carroçáveis) e não foram objeto de intervenção dos programas de urbanização do final dos anos 1990.

Apesar do lugar-comum do tratamento conferido à Baixada fluminense como região que sempre teria sido menos privilegiada por investimentos estatais, que converge com a tese da ausência do Estado, ao analisarmos as grandes obras de intervenção na área de drenagem e infraestrutura realizadas na região desde o final do século XIX, vemos que sempre houve “projetos” para a região. A ferrovia, as grandes obras sanitárias e as rodovias foram atravessando os municípios da Baixada e produzindo seu território, com um período de adensamento populacional após os anos 1960, quando os loteamentos são massivamente ocupados. Em algumas regiões este processo ocorreu um pouco antes, e em outras, um pouco depois, mas de modo geral é nessa época que a Baixada Fluminense assume as feições com as quais a conhecemos hoje.

A Baixada Fluminense tem sido espaço para reprodução de muitas práticas políticas consideradas clientelistas ou nutridas pelo passado do coronelismo tão famoso na política brasileira. Ao mesmo tempo é neste território que pulsam energia popular e criatividade partir de diversos movimentos sociais e culturais. Desde

Tenório Cavalcanti¹⁴ e sua metralhadora “Lurdinha” até movimentos como o Fórum Grita Baixada¹⁵ ou o Cineclub Mate com Angu, a região é uma síntese da contradição do desenvolvimento brasileiro, que reúne formas modernas de extração de riqueza a formas arcaicas de dominação e controle social.

Apesar do discurso comum de que “a Baixada é abandonada”, ou “esquecida”, pelo poder público, os recursos empregados na região são vultosos. Desde a década de 1980, mais de US\$1 bilhão já foram alocados em programas e projetos voltados ao tema do saneamento ambiental e urbanização. No entanto, sabe-se que grande parte destes recursos não chegou a se concretizar em obras e ações. Seja pela corrupção pura e simples, ou pela baixa capacidade de gestão do poder público em relação à execução das obras. Esse valor se eleva bastante se considerarmos os montantes aplicados nos projetos de retificação e dragagem de rios que vêm sendo implementados na região desde o final do século XIX.

Pode-se dizer que a Baixada foi produzida pela ação do poder público, através de diferentes modos de operação. Desde os grupos familiares que dominam certos municípios, como o histórico controle político de Nilópolis pelos Abrahão, até a recente expansão da atuação de milícias na região, em sua maioria, compostas por agentes do Estado, como policiais e bombeiros, da ativa ou não (ALERJ, 2009). Desta forma, a população se torna “refém” de uma grande teia de relações que resulta na baixa efetividade das ações estatais, inclusive na área de infraestrutura – caso de maior visibilidade e recursos, e que resulta em efeitos imediatos à qualidade de vida da população.

No ano de 1988 uma enchente de grandes proporções assolou a região metropolitana do Rio de Janeiro e a Região Serrana. Áreas da Baixada Fluminense também foram afetadas, principalmente aquelas próximas aos rios, como o Sarapuí. Situações-limite e desastres naturais, como enchentes, tendem a chamar a atenção do poder público, assim como da sociedade geral, uma vez que expõem com bastante clareza o quanto alguns territórios são vulneráveis e como a vida de seus habitantes são precárias. A água, quando enche casas e ruas, traz à tona a tragédia da desigualdade e força, de alguma forma, que o poder público tome ações. A grande enchente de 1988 foi condição de possibilidade para uma série de programas de obras públicas que se deram ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 e atravessaram boa parte da Baixada Fluminense.

Especificamente na Chatuba, o principal programa de obras públicas a contemplar o bairro se deu durante os governos de Marcello Alencar (PSDB, 1995-1998) e Anthony Garotinho (PDT, 1999-2002). O Programa “Baixada Viva” (renomeado por Garotinho como “Nova Baixada”) foi um grande projeto de urbanização integrada, com orçamento de cerca de US\$ 300 milhões (US\$180 milhões de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - e US\$120 milhões como contrapartida do Governo do Estado do Rio de Janeiro) e possuía três componentes principais: melhoramento de bairros, que incluía saneamento básico (água, esgoto e drenagem), pavimentação, limpeza urbana, iluminação pública, serviços de atenção básica à saúde, arborização, creches, educação ambiental, áreas de recreação e segurança e cidadania; obras de infraestrutura e serviços públicos complementares, que incluía construção de Estações de Tratamento de

14 Tenório Cavalcanti foi um personagem mítico na Baixada Fluminense, principalmente em Duque de Caxias, dando origem a livros e filmes inspirados em sua história. Nascido no estado de Alagoas, migra ao Rio de Janeiro e, após anos trabalhando como capataz de uma fazenda na região, passa a ser fiscal de receitas no mesmo município, exercendo seu poder e terror sobre a população da região, a partir da combinação da violência e do uso do poder político para fins privados. Após ocupar diversos cargos públicos, passa a viver em uma casa fortificada, conhecida como “Fortaleza”, uma vez que havia sofrido atentados a tiros e era acusado (tendo sido preso, diversas vezes) de dezenas de homicídios e atentados. Bacharel em Direito, funda o jornal Luta Democrática, de linha anti-getulista, projetando, assim, sua imagem e a alcunha de “o Homem da Capa Preta”, associada às críticas ao governo e ao apoio a reivindicações populares. A partir de idas e vindas entre apoios à direita e à esquerda, tem, entretanto, seus direitos políticos cassados em 1964, e segue com suas ações sociais em Duque de Caxias, como um conjunto habitacional, uma escolar e uma fundação de assistência social. Diversos episódios de atentados a desafetos políticos, dos quais também foi vítima de ferimentos, são lembrados pela população e pela mídia ao tratar de seu nome. Falece em 1987.

15 O Fórum Grita Baixada surge como uma resposta da sociedade civil de diferentes municípios da Baixada Fluminense aos altos índices de violência da região. Reunindo cerca de 15 instituições, o Fórum produz informações, relatórios e vídeos sobre o tema, e iniciou suas atividades após a Chacina da Chatuba, em Mesquita, no ano de 2012, quando seis jovens foram assassinados em uma área de mata próxima ao bairro.

Esgoto (ETE), reservatórios de água, adutoras de água tratada, macrodrenagem, construção de Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC), construção de unidades mistas de saúde e de instalações de segurança pública (Delegacias de Atendimento à Mulher – DEAM –, Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM –, e Abrigos às Mulheres Vítimas de Violência); desenvolvimento institucional, que buscava apoiar os governos municipais participantes para operação e manutenção dos subprogramas de responsabilidade municipal, como implantação de sistemas de administração financeira, implantação de módulos tributários, sistemas de monitoramento e avaliação do próprio Programa Baixada Viva/Nova Baixada. O projeto previa investimentos em 12 bairros de 4 municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti). O quinto município beneficiado, Mesquita, foi criado em 1999, durante a execução das obras do Programa.

A Chatuba, quando do início das obras, ainda fazia parte do território do município de Nova Iguaçu, e foi escolhida como o primeiro bairro a ser contemplado pelas obras, tornando-se uma espécie de “modelo” do Programa. O bairro já contava com algumas pequenas áreas onde os próprios moradores haviam implantado redes de coleta de esgoto, por exemplo, a fim de retirar as valas negras – que corriam ainda na maior parte do bairro – da frente das suas casas. No entanto, a maior parte do bairro ainda estava sem qualquer tipo de serviço de saneamento formalmente oferecido pelo Estado.

Se os moradores possuíam água encanada, isso se dava por resultado de esforços combinados entre a própria vizinhança, que instalava canos para coleta de água na área da cachoeira, no maciço de Gericinó. Desse contexto emergiu um dos personagens mais folclóricos e misteriosos de Chatuba, o *manobreiro de água*. Ora apresentado como lenda, ora como um personagem que domina e controla o fluxo d’água da região, em uma espécie de *presença fantasmagórica do Estado*. Esse personagem do folclore de Chatuba será melhor analisado no capítulo seguinte, por ora o interessante é entendê-lo como um tipo de metáfora da precariedade cotidiana com que os moradores de Chatuba tinham de lidar.

Dada a vida a precária que levavam, as obras do Baixada Viva deixaram marcas consideráveis nas memórias dos moradores:

“Tudo chão batido, começou a se alinhar tem o que dez anos, de dez anos pra cá que a cidade vem se alinhando. Não, foram só suas ruas. Rua Bel, rua Lídia uma parte também né que não era até lá’ dentro, lá dentro já’ era a Baixada viva né. Eram as primeiras ruas a serem asfaltadas. A Baixada viva. Olha aí a primeira rua bem antes de 80, primeira rua a ser asfaltada foi a Marisa. Só’ asfalto. O esgoto já havia sido feito pelos moradores. Eles já foram se conscientizando entendeu, foram tomando conhecimento, aí as pessoas já se organizavam, faziam aquele mutirão”. (TAVARES, 2007, p. 109)

O Programa implementou, assim, os serviços de drenagem, pavimentação, calçamento, abastecimento de água, além de ter construído postos de saúde e destacamento policial (DPO) no bairro. Em paralelo ao andamento das obras, também cresceu a mobilização comunitária em prol do bairro, uma vez que no interior do programa estava prevista a criação de Comitês de Acompanhamento de Obras, a serem compostos por moradores e lideranças locais. Algumas das lideranças entrevistadas pela pesquisa, como veremos no próximo capítulo, emergiram enquanto figuras públicas neste contexto, e passaram a reunir-se em torno da Associação de Moradores do Bairro da Chatuba (ABC)¹⁶, que desde então possui sede própria.

16 Antes do Programa Baixada Viva existiam três associações de moradores no bairro, e neste processo foram unificadas em torno da ABC.

Com o passar dos anos todas estas infraestruturas implantadas vêm sendo subutilizadas e não contaram com a devida manutenção, o que resulta na grande demanda atual por desobstrução de galerias de esgoto e águas pluviais, já que, com as chuvas, muitas vezes o esgoto extravasa. Pode-se dizer, assim, que a ação do Estado, neste momento das intervenções contribuiu para a elevação da qualidade de vida e da autoestima dos moradores do bairro, porém, ao não oferecer manutenção ou qualquer solução paliativa aos problemas que vão surgindo, o que fica é o sentimento de “abandono” mais uma vez. Além de que, apesar do amplo escopo do programa, muitas das intervenções previstas para o conjunto das áreas de intervenção não foram realizadas, como apontam Magalhães e Villarosa (2012, p. 138). Inclusive, dos doze bairros previstos para execução de obras de urbanização integrada, apenas 8 foram contemplados¹⁷.

Além do Baixada Viva, outro importante programa de recuperação infraestrutural foi o chamado “Projeto de Controle de Inundações, Urbanização e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí”. Também conhecido como “Projeto Iguaçu”, foi um dos projetos executados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e teve início no ano de 2008, voltando-se principalmente ao controle de inundações da Baixada Fluminense. O projeto realizou ações em 6 municípios da Baixada Fluminense, e foi coordenado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com recursos pagos da ordem de mais de R\$400 milhões, envolvendo obras, dragagens, urbanização e reassentamento de cerca de 2000 famílias que viviam junto aos rios das Bacias do Brotas, Sarapuí e Iguaçu.

Especificamente na Chatuba, o projeto esteve presente ao longo do rio Sarapuí, e realizou ações de saneamento integrado, dragagem e drenagem, além de educação ambiental. Como parte da estratégia de controle social do processo, os Comitês Locais de Acompanhamento tinham um papel importante no processo, pois eram formados por uma série de lideranças locais. O poder público, no entanto, não costumava estar presente nas reuniões das instâncias de controle social (como o Comitê de Acompanhamento ou o Fórum Regional de Controle Social e Participação). O próprio boletim do projeto, com data de setembro de 2011 aponta este problema, já que afirma que “a participação de representantes do poder público municipal (...) ainda tem sido muito reduzida” (PROJETO IGUAÇU, 2011). A organização da sociedade civil FASE foi contratada pelo INEA para realização do Trabalho Técnico-Social ao longo do Projeto Iguaçu. Por ter uma história de décadas de atuação na região, diretamente sobre o tema do saneamento e de acompanhamento das mobilizações da sociedade civil em torno dele, a organização atuou com grande capilaridade ao longo da execução do Projeto Iguaçu (PONTE, 2018). Entretanto, apesar dos vultosos recursos destinados às obras na bacia do Rio Iguaçu (da qual o rio Sarapuí, que atravessa a Chatuba, faz parte) a continuidade do Projeto Iguaçu, que seria dada com verbas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), acabou não sendo realizada, já que todo o processo encontra-se paralisado desde 2014.

As obras do PAC 2 na região seriam da mesma natureza do Projeto Iguaçu, e complementariam as infraestruturas iniciadas pelo Projeto Iguaçu, como recuperação de polders, dragagem do rio Sarapuí e construção de diques sobre o mesmo rio, em um total de R\$362 milhões previstos¹⁸. Lideranças locais desde a época dos Comitês Locais de Acompanhamento vêm pressionando as instâncias do poder público desde então para a continuidade das intervenções, sem sucesso. Na Chatuba, este papel vem sendo cumprido por pessoas como José, que participam há décadas da vida associativa local, e estes se somam a outras dezenas de lideranças da região que estiveram e seguem comprometidas com a busca de soluções para problemas crônicos da Baixada Fluminense, ligados à infraestrutura urbana e a à melhoria das

17 Diferentemente das políticas sociais como educação e saúde, estas políticas não possuem obrigatoriedade da participação do Estado nestas instâncias como requisito para liberação de recursos. A decisão sobre “por onde a obra vai passar” e a maneira e o momento em que os políticos devem aparecer em público são escolhas que caberiam, assim, aos próprios governantes, e não a uma esfera pública de interlocução entre Estado e Sociedade (civil).

18 <http://projetoiguacupactextv.blogspot.com/2014/11/tcu-recomenda-paralisacao-de-obras-nos.html>

condições de vida dos milhões de moradores da região da Baixada Fluminense – a mais adensada da Região Metropolitana, concentrando quase 4 milhões de pessoas em 9 municípios¹⁹.

Como demonstrado por Monica Ponte (2018), o distanciamento que o poder público mantém em relação aos processos de controle social é uma reclamação constante de participantes da sociedade civil, principalmente quando envolvem obras de infraestrutura. Apesar da limitação de sua atuação tendo em vista seu caráter não-deliberativo, a autora aponta que a experiência dos Comitês Locais de Acompanhamento e de outras instâncias de participação que existiram no âmbito do Trabalho Técnico Social desenvolvido ao longo do Projeto Iguaçu teriam atualizado as formas de participação da sociedade civil frente ao Estado, que já possuíam raízes há décadas na região. Com isto, o tecido social de alguma maneira segue fortalecido e com interlocutores reconhecidos pelo Estado em futuros processos de intervenção estatal na região, como será visto.

No atual processo de planejamento metropolitano do Rio de Janeiro, o problema das enchentes na região do rio Sarapuí, e, neste caso, no bairro da Chatuba, encontra-se passível de solução a partir de propostas técnicas previstas entre as “ações prioritárias” do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este Plano, elaborado a partir de uma iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro e financiamento do Banco Mundial, tem como um de seus principais produtos um conjunto de mais de 100 “Programas de Ação Prioritárias” (PAPs), voltadas a temas estruturais da metrópole, como a habitação, saneamento básico, desenvolvimento econômico, entre outros.

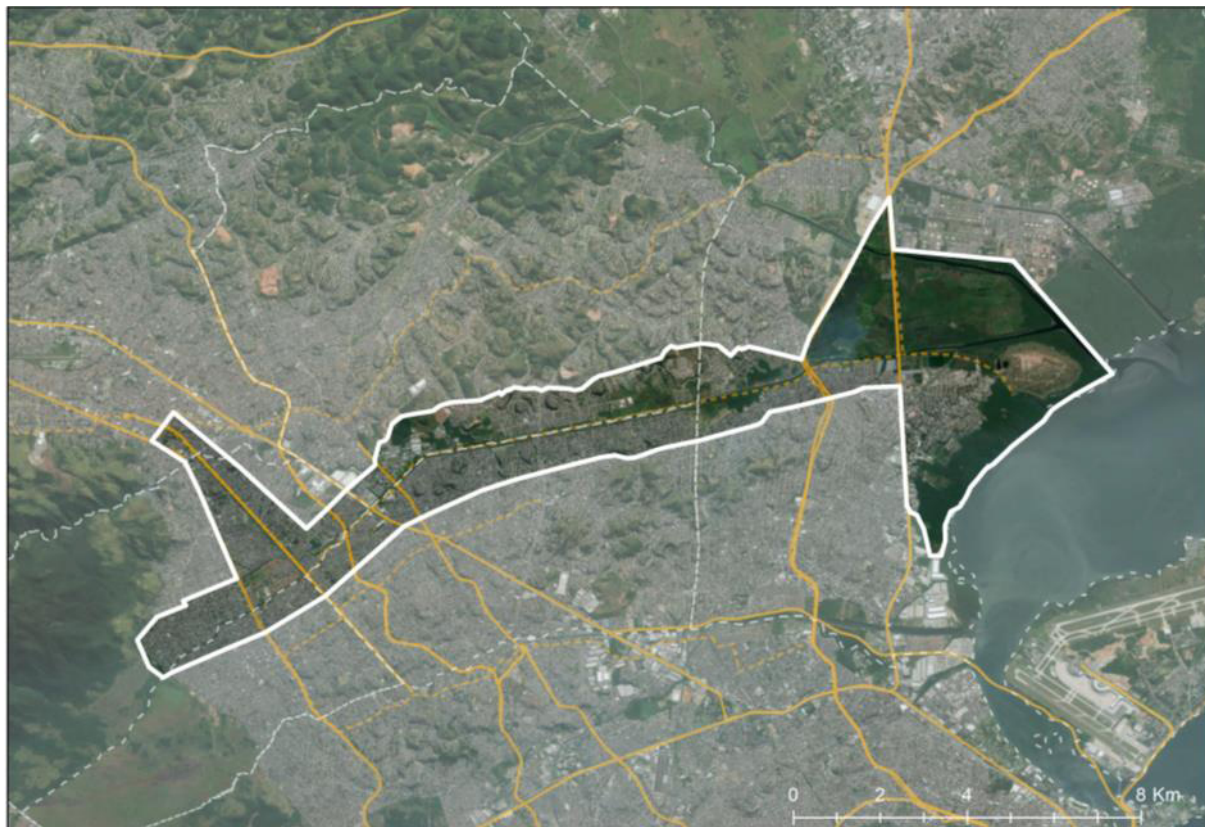
No Plano, a região da Chatuba e do rio Sarapuí, até a Baía de Guanabara, estão incluídas entre as Zonas de Interesse Metropolitano Urbano (ZIMs), propostas como maneira de implementação de projetos estratégicos à RMRJ a partir da prevalência do “interesse metropolitano” sobre o zoneamento municipal, por exemplo. Para tanto, podem ser aplicados instrumentos urbanísticos preconizados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) ou de caráter interfederativo, como propõe o Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

Algumas destas ações estão diretamente relacionadas ao histórico de projetos de saneamento e drenagem da Baixada Fluminense, como o Projeto Iguaçu, o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) ou o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), bem como a proposta de uma via denominada “Interbaixada”, ou “Transbaixada”, às margens do rio Sarapuí, ou mesmo a construção de um sistema de conexão entre o rio Sarapuí e o rio Iguaçu na área do “Campo do Bomba”, na região da Rodovia Washington Luiz (BR-040). Entretanto, trata-se, aqui, de “projetos”, que não têm data para efetivarem-se no território, mas povoam o imaginário da população que vive em uma região que, historicamente, foi atravessada, construída e destruída pela ação direta do poder público.

A participação da sociedade civil em relação a estes projetos sempre foi bastante intensa, desde pelo menos os anos 1970, com os comitês de saneamento da Baixada. Com base nestes histórico, programas como o Baixada Viva, o Projeto Iguaçu e o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana passaram a contar com componentes de participação social, que muitas vezes apontou críticas aos projetos e ao processo de implementação permeado por desvios de verbas e incompletude de iniciativas, o que muitas vezes piora as condições de vida nestas regiões. A proposta da Interbaixada/Transbaixada como um “projeto multifuncional” busca reunir desde a concessão de áreas públicas a projetos privados (como a construção de galpões no Campo do Bomba, que seria um polder natural), até a remoção de centenas de moradias para construção de uma via para implantação de um corredor de ônibus e outros equipamentos urbanos, como

19 ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/estimativa_TCU_2018_20181127.pdf

praças e parques, facilitando a conexão Oeste-Leste entre Mesquita e demais municípios situados ao longo do rio Sarapuí (Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo e Duque de Caxias), atravessando importantes rodovias existentes, como a Via Light, Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e Washington Luiz (BR-040), de acordo com o mapa abaixo.



Área de implantação prevista da Zona de Interesse Metropolitano Urbano – Eixo Transversal Sarapuí

(Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ, Produto 19, p. 706).

Com todas estas intervenções previstas e já realizadas pelo poder público na região (sem tratar de políticas sociais e outras ações do Estado), fica difícil manter o discurso da “ausência” estatal, e por isso acreditamos na importância de se concentrar e “levar a sério” as ações do Estado na região, uma vez que as promessas, intervenções e as interfaces dos espaços estatais com a sociedade civil também são criadoras, reprodutoras e transformadoras de relações sociais de variados tipo, inclusive das relações de poder.

Parque Columbia: um bairro entre destruições e construções

Parque Colúmbia é um pequeno bairro, espremido entre a Via Dutra, o rio Acari e a Avenida Pastor Martin Luther King e atravessado pela Rua Embaú, que liga a Via a Avenida. É um bairro misto e fragmentado, com zonas residenciais disputando espaço com galpões de logística de tamanhos variados. O trânsito de caminhões de carga na Rua Embaú é bastante grande. Boa parte das mercadorias que são consumidas na

cidade do Rio de Janeiro e nas cidades da Baixada Fluminense passam por esses galpões. Por isso, Parque Colúmbia é um dos lugares campeões em roubo de carga do país inteiro²⁰.

Situado no limite da cidade do Rio de Janeiro, Parque Colúmbia, que até pouco tempo atrás fazia parte do bairro da Pavuna, foi frequentemente apontado pelos moradores que entrevistamos como pertencente mais à Baixada Fluminense do que a cidade do Rio de Janeiro. Como disse uma de nossas entrevistadas, que viveu a maior parte da vida em Belfort Roxo, na Baixada Fluminense, "o bairro [de Parque Colúmbia] que é extremamente final da baixada fluminense, por que é São João de Meriti logo e em seguida é Parque Colúmbia". Da perspectiva de uma ex-moradora da baixada, estar em Parque Colúmbia não é, necessariamente, estar no Rio, mas nas franjas da baixada. Infere-se, então, que, estando no fim da baixada, Parque Colúmbia estaria no início do Rio. Onde a cidade começa a acontecer. De fato, Parque Colúmbia, esse pequeno bairro híbrido da cidade e da baixada, salta aos olhos como a síntese das desigualdades socioespaciais que caracteriza a cidade do Rio como um todo.

A geografia e as dinâmicas do bairro só podem ser entendidas se levadas em conta tais desigualdades. Na parte mais alta do bairro, que os moradores chamam de "Colina", vivem os moradores mais antigos e com maior poder aquisitivo. Vários moradores com quem conversamos fizeram questão de ressaltar que, na Colina, mora um juiz. Outros nos disseram que a Colina é a Zona Sul de Parque Colúmbia ou fizeram alusão ao Alto da Boa vista, ambas regiões ricas da cidade do Rio. Já na parte mais baixa do bairro, à beira do rio Acari, vivem os mais pobres. Nenhum morador fez questão de apontar a profissão de ninguém que viva naquela parte do bairro.

À princípio, essa desigualdade poderia passar despercebida. Entre a Colina e o rio, cruza a Embaú, uma rua larga que divide o bairro ao meio, criando dois microcosmos bastante desiguais. Caminhando pelo bairro e pelo que aprendemos com nossos entrevistados, tivemos a impressão de que moradores da Colina raramente descem à beira rio, da mesma forma que moradores da parte baixa parecem não subir para a Colina. Uma das moradoras que nos acompanhou nas visitas que fizemos ao bairro, possibilitando os encontros com moradores-chaves que entrevistamos, fez questão de nos dizer que a Colina é muito longe, ainda que tenhamos levados pouco mais de vinte minutos de caminhada do rio à Colina, a passos lentos. A distância parece ser muito mais uma percepção enraizada na desigualdade que separa esses espaços do que uma realidade geográfica.

Essa desigualdade, que se manifesta claramente na maneira como os moradores percebem e entendem o bairro, ficou ainda mais evidente devido à maneira com a qual o poder público da cidade do Rio de Janeiro, sob administração do ex-Prefeito Eduardo Paes, fez-se materialmente presente em Parque Colúmbia. Na Colina, a Prefeitura se fez presente por meio de seu programa Bairro Maravilha, recapeando boa parte das ruas, padronizando calçadas e revitalizando a Praça Somália, uma linda e arborizada praça no coração da Colina, que, depois das obras da Prefeitura, passou a contar com equipamentos de lazer e saúde para pessoas de todas as idades.

Por outro lado, na parte baixa, a Prefeitura se fez presente por conta de seu programa de *remoções forçadas*. Em 2013, a Anistia Internacional no Rio fez uma campanha intitulada "Basta de Remoções Forçadas!" em resposta ao grande número de pessoas removidas forçosamente de suas casas por conta das obras para a preparação da cidade para os megaeventos esportivos – Copa do Mundo e Jogos Olímpicos – que receberia nos dois anos seguintes. Por *remoções forçadas*, a Anistia define o seguinte:

20 Ver <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/rio-vive-epidemia-de-roubo-de-carga-ate-com-roleta-russa-de-produtos.shtml> (último acesso 03/04/2019); <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/roubo-de-cargas-aumentou-20-na-pavuna-onde-enfermeira-foi-morta.html> (último acesso 03/04/2019)

Uma remoção forçada é a remoção de pessoas – contra sua vontade – das casas ou terras que ocupam sem a provisão ou a garantia do acesso ao devido processo e salvaguardas legais. De acordo com a legislação internacional, as remoções só podem acontecer como um último recurso, quando todas as outras alternativas já foram esgotadas e apenas se as devidas salvaguardas legais estiverem implementadas.

Estas incluem consulta com as pessoas impactadas, notificação com antecedência suficiente, provisão de moradia alternativa adequada e compensação por todas as perdas, acesso a assessoria jurídica e recursos legais quando necessário. As autoridades devem garantir que ninguém fique desabrigado ou vulnerável a outras violações de direitos humanos como consequência de uma remoção.

A moradia adequada é um direito humano e inclui o direito de todo o ser humano viver em um lugar com segurança, paz e dignidade, e de estar protegido de remoções forçadas²¹.

No caso de Parque Colúmbia, como veremos com mais calma no capítulo seguinte, o “cheque e rala” – uma *generosa* proposta de 1200 reais mais aluguel social de 400 reais – foi o mecanismo de terrorismo utilizado pela Prefeitura e pela Associação de Moradores para forçar um conjunto de remoções sem garantir todos os direitos e passar por todo processo jurídico que a lei demanda. Para ter acesso aos valores oferecidos pelo “cheque e rala”, o morador tinha que abandonar sua casa, que seria demolida pela Prefeitura, e ter um comprovante de residência, que estava sendo emitido pela Associação de Moradores.

As casas contempladas pela política de “remoções forçadas” ficavam todas na parte baixa do bairro, à beira do rio Acari, e vinham sofrendo frequentemente com inundações provocadas por chuvas na cabeceira do rio ou por entupimento na frágil e esgotada infraestrutura de saneamento básico do bairro. O histórico de enchentes é antigo e já faz parte do cotidiano de Parque Colúmbia, que espera e se prepara para a vinda violenta da água todo ano, principalmente durante o verão, temporada de chuvas. Não por acaso, as casas à beira rio têm frequentemente dois andares. Diferente da maioria das construções, a cozinha costuma ficar no segundo andar da casa, onde também costumam ficar os eletrodomésticos mais caros. No andar inferior, é comum que os móveis – cama, sofá, mesa, etc. – sejam de concreto, pois assim a água não leva.

Para resolver a vida dessas pessoas, a administração de Eduardo Paes não ofereceu nenhum programa de saneamento ou qualquer tipo de obra na cabeceira do rio Acari que pudesse acabar ou, ao menos, diminuir as enchentes. A esses moradores não foi oferecida nenhuma nova infraestrutura. A Prefeitura simplesmente ofereceu a remoção e a destruição dessas casas. Alguns moradores disseram que a Prefeitura tinha um plano de urbanização para a área que se abriria com as casas removidas. Alguns disseram que lá, talvez, virasse um parque ou algo do gênero. Todavia, não encontramos nenhum plano concreto da Prefeitura para aquela região.

Da nossa perspectiva, no caso de Parque Colúmbia, *remoção forçada* pode ser entendida como um programa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Um tipo de política pública tão oficial, consciente e arbitrariamente elaborado quanto programas como Bairro Maravilha ou Morar Carioca. As remoções foram tão intensas e marcantes na administração de Eduardo Paes que não parece ser nenhum absurdo caracterizá-las como uma das políticas públicas mais importantes desse período da história do Rio de Janeiro. Em meio à remoções forçadas, a cidade foi recortada por múltiplas revitalizações, urbanizações e gentrificações que, conforme demonstra Orlando Santos Júnior (2015), do IPPUR/UFRJ, são aspectos constitutivos de uma governança neoliberal que se instala no Rio na esteira dos megaeventos esportivos realizados na cidade nas primeiras décadas do século XXI.

21 Ver: <https://anistia.org.br/campanhas/basta-de-remocoes-forçadas/> (último acesso 03/04/2019)

Como destrincharemos com mais calma no capítulo posterior, os moradores souberam, todavia, organizarem-se e usarem da própria institucionalidade dos poderes públicos para fazer uma resistência poderosa contra as *remoções forçadas* da Prefeitura. Diante dessa resistência, que contou com forte atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o processo das remoções foi abandonado pela Prefeitura. Mas antes de seu abandono, o programa de *remoções forçadas* de Prefeitura para Parque Colúmbia conseguiu remover com sucesso alguns moradores e demoliu várias das casas na beira do rio. Como legado, a Prefeitura deixou para trás os escombros das casas que foram demolidas em 2010, que seguem como ruínas intocadas até os dias em que fizemos as visitas de campo, em 2018. A parte mais baixa de Parque Colúmbia é um cemitério vivo do programa de *remoções forçadas* da administração Paes.

A história de Parque Columbia foi definitivamente marcada pela Prefeitura do Rio sob governo de Eduardo Paes. O Bairro Maravilha em cima, e o cemitério das remoções em baixo são partes de um mesmo bairro que sintetiza a desigualdade da cidade do Rio. Em uma caminhada de menos de 25 minutos, passa-se de uma linda praça cheia de árvores e banquinhos na sombra para um lugar árido, com fogões de metal retorcido pela força das bolas de demolição. O rio Acari, personagem central de Parque Colúmbia, fica completamente escondido pelas casas demolidas. É como se o rio fosse uma presença fantasmática, que fica escondida nas sombras até inundar as casas das pessoas, levando consigo todo tipo de poluição e sujeira.

No outro lado do bairro, na parte de cima, encontramos o programa antítese ao programa de *remoções forçadas* da Prefeitura do Rio. O Programa Bairro Maravilha foi um importante programa de recuperação e revitalização urbana da Prefeitura, tendo acontecido entre 2014 e 2016. No site da Prefeitura, não se consegue achar muitas informações sobre o projeto, além de uma pequena nota e uma notícia, replicando o que já havia sido publicado no Diário Oficial. Na pequena nota, lê-se o seguinte:

O Programa Bairro Maravilha recupera áreas da cidade que demandam obras de urbanização. Vias da Zona Norte estão ganhando asfalto novo e as calçadas estão sendo refeitas. Para evitar alagamentos, redes de escoamento de águas pluviais estão sendo recuperadas. Na Zona Oeste, os serviços são de implantação de pavimentação, calçadas, sistema de drenagem, além de rede de esgoto.²² (nossos grifos)

Na notícia, conforme publicado no Diário Oficial, a Prefeitura chama atenção para o quanto a zona norte, região da cidade da qual faz parte Parque Columbia, seria beneficiada com as obras do Programa. No total, os bairros de Acari, Colégio e Parque Colúmbia, receberiam R\$29,9 milhões de investimentos em infraestruturas por meio do programa Bairro Maravilha. Desse montante, R\$14,4 milhões ficariam em Acari e R\$5,3 milhões seriam destinados à Parque Colúmbia. Abaixo o texto da nota:

A Secretaria Municipal de Obras anuncia a chegada do programa Bairro Maravilha Norte aos bairros de Acari, Colégio e Parque Colúmbia. No total, o investimento será de 29,2 milhões. Acari receberá uma verba de R\$ 14,4 milhões para a reurbanização de 16 ruas do bairro. O escopo contempla a execução de cerca de 35 mil metros quadrados de pavimentação asfáltica, 39,5 mil metros quadrados de novos passeios, 848 golas de árvore e 120 rampas de acessibilidade. Em Colégio, oito vias serão beneficiadas com 37,6 mil metros quadrados de pavimentação asfáltica, além de 36,8 mil metros quadrados de calçadas em concreto, 999 golas

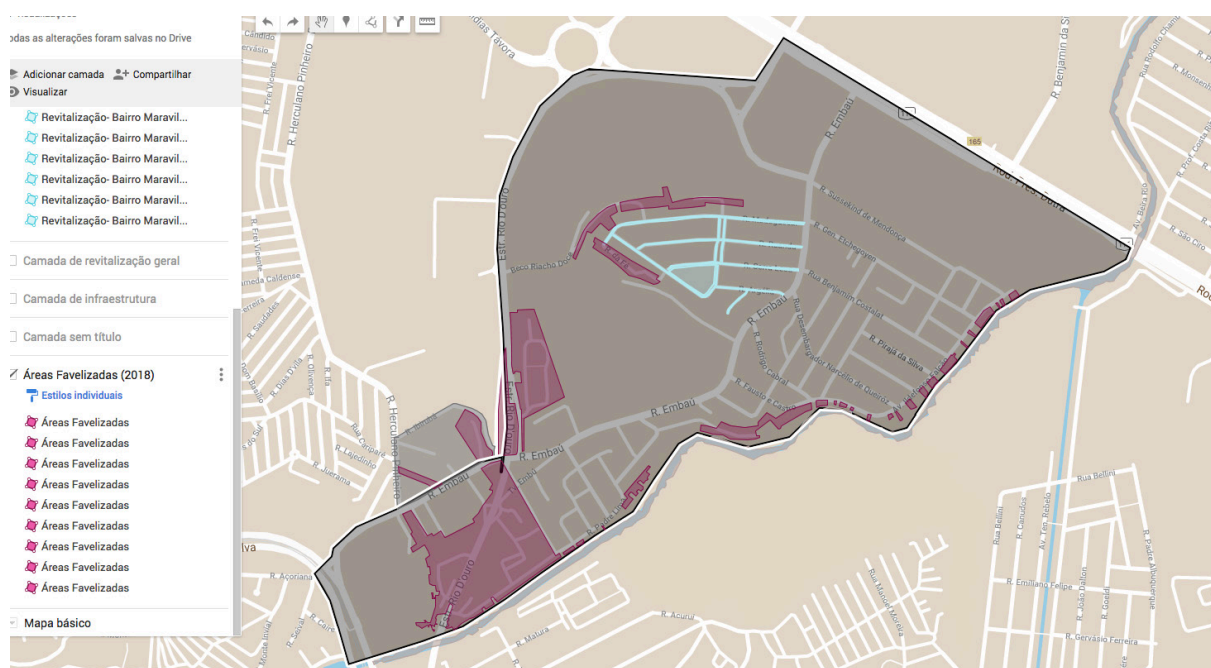
22 <http://www.rio.rj.gov.br/web/smo/exibeconteudo?id=1030913>

de árvores e 513 metros de rede de drenagem, além da construção de 202 novas rampas. O custo das obras no local se aproxima dos R\$ 9,5 milhões. *Já na região conhecida como Parque Columbia, que fica no bairro da Pavuna, está prevista a construção de aproximadamente 20 mil metros quadrados de calçada em concreto, mais de 21 mil metros quadrados de pavimentação asfáltica, entre outros benefícios. As melhorias estão estimadas em R\$ 5,3 milhões.* (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014) (nossos itálicos)

Acari e Parque Colúmbia, bairros vizinhos, ligados um ao outro pelo rio Acari. Dois bairros que conhecem bem a realidade trágica de inundações constantes, receberiam de um programa de obras públicas que, como explica a própria Prefeitura, visa a construção de “redes de escoamento de águas pluviais”, conforme consta na nota citada acima, asfalto novo. Como nos contam alguns moradores que entrevistamos, o asfalto construído pela Prefeitura em Parque Columbia pelo Programa Bairro Maravilha cedeu poucos dias depois de sua inauguração, que contou com a presença pessoal do então Prefeito Eduardo Paes.

No mapa abaixo, pode-se ver, na cor verde, exatamente as ruas que foram asfaltadas pelas obras do Bairro Maravilha. Não à toa, esse mapa também serve para vermos exatamente onde fica a região chamada de Colina, pois todas as ruas recapeadas ficam exatamente nessa região. As áreas em vermelho no mapa correspondem, de acordo com dados do Instituto Pereira Passos, às regiões de favela. Logo acima da Colina está a favela conhecida como *Terra Nostra*, que fica bem embaixo do morro onde fica a Colina. Nenhuma das obras do Bairro Maravilha contemplou essa favela.

Na parte baixa do mapa, ladeando o rio Acari, pode-se ver pontilhados de áreas em vermelho. Esse pontilhado corresponde aos lugares onde a Prefeitura tocou seu programa de *remoções forçadas*. Como dito, as áreas em vermelho correspondem a áreas de favela. No fragmentado dos pontilhados, o que está em vermelho remete às casas que a Prefeitura não conseguiu remover, permanecendo, assim, como casas de uma área favelizada. Já as casas que foram removidas pelo programa da Prefeitura, que hoje existem somente como escombros, já não constituem favelas.



Duas moradoras que entrevistamos, Faustina e Danuza²³, foram taxativas em afirmar que o Bairro Maravilha reafirmou uma certa sensação de abandono compartilhada por ambas. "Que temos que nós somos tão abandonados?", pergunta Danuza, moradora de Parque Colúmbia e gestora de uma das escolas públicas do bairro. Ela segue ressaltando que o bairro tem déficits de mobilidade – como aprendemos, há uma linha de ônibus que liga o bairro diretamente à São João de Meriti, sendo, por vezes, mais fácil se deslocar até essa cidade da baixada do que acessar zonas centrais da cidade do Rio–, saneamento e segurança, mencionando a quantidade de roubos de carga e algumas histórias de moradores assassinados por latrocínio.

O Bairro Maravilha, na percepção dessas duas moradoras, poderia servir para, de fato, requalificar uma das regiões da cidade que mais arrecada ICMS²⁴ dado a quantidade de cargas e mercadorias que circula pelos vários galpões logísticos situados em Parque Colúmbia. Todavia, além dos asfaltos que cederam, o que sobrou para Joelma e Danuza foi a clara percepção que o programa só chegou aos ermos de Parque Colúmbia por razões eleitoreiras. As obras começaram em 2014, mas foram entregues em 2016, próximo às eleições para Prefeito. Eduardo Paes, na ocasião, tentava emplacar seu sucessor, o deputado federal Pedro Paulo, que já vinha atuando com protagonismo durante os últimos anos de sua administração. Como diz Faustina, "nessa época que ele queria reeleger o Pedro Paulo, foi feito esse Bairro Maravilha e vieram todos pra foto da inauguração, e no mesmo dia, ou na mesma semana, as ruas já estavam afundando, o material foi ótimo, né?".

O que era para ser um marco de revitalização de um bairro tão negligenciado da cidade do Rio, que por vezes se entende mais como um bairro da baixada, transformou-se num marco do descaso do poder público municipal do Rio de Janeiro. Não há, todavia, nenhum tipo de ausência da Prefeitura, mas um conjunto de presenças mal acabadas e precárias, que se impõem muito mais como problema do que como solução. A Prefeitura consolidou sua presença material, e de fato foi feito o recapeamento das vias na Colina, mas, pelo menos da perspectiva dos moradores, parece ter usado material mais barato e de pior qualidade. Andando pelo bairro com Faustina, podemos ver partes do asfalto que cederam. Os buracos, que, segundo Faustina, existem desde 2016, estavam todos lá no momento em que fizemos as visitas de campo, em 2018.

A Prefeitura produziu a sua presença material construindo e destruindo Parque Colúmbia praticamente ao mesmo tempo. É uma espécie de presença bipolar e paradoxal, marcada pela união de atos extremos e antagônicos – construir e destruir. Na Colina, a Prefeitura asfaltou ruas e revitalizou a Praça Somália. Ainda que o material tenha sido de má qualidade, as obras foram, de fato, concretizadas e entregues. Existem buracos, mas as calçadas seguem padronizadas e a Praça Somália firmou-se como grande espaço público de sociabilização para os moradores de Parque Colúmbia. Não fosse pela aparente qualidade do material, a Prefeitura, por meio do Programa Bairro Maravilha, teria produzido uma presença positiva de si mesma. No caso oposto, à beira rio, a presença material da Prefeitura se deu não pela construção ou pela revitalização, mas pela sua capacidade de destruir e de remover.

As chancelas concretas que a Prefeitura deixou para trás com seus programas de remoção e de revitalização permanecem no bairro até os dias em que fizemos a pesquisa de campo, entre abril e agosto de 2018. As remoções, como veremos a seguir no próximo capítulo, começaram e acabaram em 2010. Mas os escombros dessa presença assustadoramente destruidora da Prefeitura do Rio permanecem. As marcas

23 Os nomes de todos os entrevistados foram alterados aleatoriamente para proteger suas identidades e garantir o anonimato.

24 Um dos moradores com quem conversamos, que comanda um "clube de vantagens" no comércio local, fez questão de nos pedir, como contraparte da pesquisa a sua boa vontade de nos receber e guiar pelo bairro, que conseguíssemos os dados do ICMS de Parque Colúmbia. Ele queria saber quanto o bairro arrecada e quanto o bairro recebe de volta. Segundo ele, com esses dados, ele poderia fazer pressão em alguns políticos que passariam pelo bairro na ocasião das eleições de 2018 para pedir votos. Transformando o interesse de nosso contato em um interesse de pesquisa, afinal de contas nos interessaria perceber a importância do bairro no que diz respeito a seu poder de arrecadação, buscamos esses dados. Encontramos, todavia, somente os dados macros, que dizem respeito a arrecadação do ICMS em todo município do Rio. Os dados de Parque Colúmbia estariam diluídos no universo mais amplo da cidade. Esse dado, desse jeito, não serviria ao morador.

concretas da presença material do Estado permanecem como evidências da capacidade que o Estado tem em construir e destruir espaços.

Como Lefebvre (1991) nos ensina, o Estado é um dos agentes mais fundamentais para compreensão de processos de produção espacial no mundo moderno. Essa capacidade se processa tanto na forma material, da construção de espaços físicos, quanto na forma imaterial, quando o Estado, por meio de sua institucionalidade e capacidade de produzir fisicamente os espaços, engendra modos e formas de relações sociais nos espaços. O que se vê no caso de Parque Colúmbia é o Estado fazendo uso de seus poderes e capacidades para (re)produzir desigualdades. Parque Colúmbia já era um bairro desigual antes da atuação da Prefeitura de Eduardo Paes, mas diante de programas como o Bairro Maravilha e remoções forçadas, essa desigualdade foi (re)produzida espacialmente, tornando-se mais evidente e densa. A presença material do *Estado partido* nesse bairro partiu ainda mais um bairro já fragmentado e recortado por galpões de logística e caminhões de carga. Ao se fazer presente, o *Estado partido* reproduz a si mesmo, impondo sobre Parque Colúmbia a hierarquização de seus moradores e, conseqüentemente, o acirramento das desigualdades.

Capítulo 3

PRESENÇAS IMATERIAIS

"Ele era autoritário"

Perguntado acerca de quando começou a participar da vida comunitária de Chatuba, José, que mora no bairro há mais de 50 anos e hoje é uma importante liderança comunitária, explicou: "havia necessidade de a gente participar da vida comunitária, porque a rede de água, a gente criança já ajudava a cavar, (...) a caixa d'água quem tratava era a gente, e não a CEDAE". Como nos ensinou José, desde o arruamento da década de 1950 que deu origem ao bairro, até o Programa Baixada Viva, na década de 1990, "não tinha nenhuma iluminação pública, não tinha saneamento básico". Toda água consumida pela população "tinha que pegar na bica pública" e o sistema de esgoto era "vala negra".

Não tinha parece ser a expressão chave para descrever a situação infraestrutural em Chatuba, pelo menos até a década de 1990. Diante de um cenário de ordenamento de um espaço pelo poder público, que construiu um arruamento organizado, mas sem infraestrutura mínima para um cotidiano salutar, a participação popular na vida comunitária não era nada além de pura necessidade. Isso não quer dizer, todavia, que havia coordenação ou organização para atuação política. Somente com a associação de moradores, que, segundo nosso entrevistado, foi fundada em 26 de abril de 1980, iniciou-se uma mobilização sistemática de parte da população na consolidação de atuação política conjunta, principalmente junto à Prefeitura.

Essa mobilização, porém, permaneceu incipiente até o início do Baixada Viva, descrita por nosso entrevistado como um "marco de mobilização" na vida política do bairro. Na iminência de um gigantesco pacote de obras – financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e orçado em próximo de 1 bilhão de reais – que atravessava e reconfigurava o bairro quase todo, os moradores, por intermédio da associação fundada mais de uma década antes, se organizaram no intuito de acompanhar e de garantir a concretização das obras. Por demanda do BID, financiador do programa, o governo do estado do Rio de Janeiro, executor do projeto, deveria organizar reuniões e assembleias para consultar e inserir a população no processo das obras. Devido a essa demanda, então, foi constituído um *comitê gestor de moradores*. Mas, como nos conta José, que fazia parte do comitê por conta de sua atuação na associação de moradores, nunca houve nenhum tipo de gestão por parte dos moradores.

Diante dessa realidade, ou seja, diante da ausência de agência dos moradores em um projeto estatal que impactava diretamente seu cotidiano, o que era um comitê gestor foi convertido em *comitê gestor de*

acompanhamento. Não há como não perceber o paradoxo óbvio nesse comitê, pois quem simplesmente acompanha não participa da gestão de nenhum processo. Portanto, se o comitê é *gestor*, não pode ser de *acompanhamento*. O comitê, disse José, simplesmente “referendava as reuniões”, ou seja, no máximo deveria acompanhar e conformar-se com o que era decidido nas reuniões sobre as obras do programa. Diante desse paradoxo, por intermédio do representante do BID, que viu, nas palavras de José, “que a gente não era gestor nada”, o comitê finalmente foi batizado para referir-se às tarefas que realmente executava. Passou a chamar-se, então, de *comitê de acompanhamento local – CAL*.

Dois pontos são importantes de serem ressaltados. O primeiro diz respeito ao fato da mobilização política ter se consolidado no contexto de uma grande obra pública, capaz de transformar a vida de grande parte da população do bairro. A presença material, infraestrutural do Estado, centrada no programa Baixada Viva, que reconfigurou parte da infraestrutura de Chatuba, engatilhou uma nova sinergia política, fazendo com que a mobilização dos moradores transbordasse dos limites da associação de moradores. O CAL, ainda que contasse com a participação direta da associação de moradores, no caso representada pelo nosso entrevistado, era composto também por moradores que não faziam parte da associação.

O segundo ponto, por sua vez, é a extensão da agência que os moradores, por intermédio do CAL, tinham sobre um processo de reconfiguração infraestrutural que afetaria suas vidas diretamente. Como a evolução do nome dos comitês evidencia, o que, à princípio, foi pensado para ser uma instância ativa nos processos de tomada de decisão e de gestão das obras – um *comitê gestor* – foi se transformando até tornar-se um mero *comitê de acompanhamento*. Nada de gestão ou participação direta para os moradores. A eles, por mais afetados que seriam pelas obras e grandes beneficiários das obras quando completas, caberia meramente acompanhar o processo. No máximo, a eles caberiam participar de um teatro montado para cumprir com demandas do financiador, uma instituição internacional.

No caso aqui abordado, fica evidente que o Estado, ao mesmo tempo em que intensifica mobilizações políticas ao adensar sua presença material, esforça-se para garantir que a maneira como essas mobilizações incidem sobre processos e programas estatais seja limitada e controlada pelo próprio Estado. Como nos ensina Lefebvre (1976-1978), “o Estado engendra relações sociais no espaço”, atuando diretamente como um agente estratégico fundamental na produção de espaços sociais. Mas, ao mesmo tempo, o Estado controla e limita as relações que ele mesmo engendra.

O Estado funciona como um vórtice gravitacional, sugando e mantendo tudo ao seu redor em órbita sobre si mesmo. Nesse centro gravitacional, fica evidente a imensa capacidade estatal de decidir o grau e a qualidade da participação popular na vida democrática. O que antes era um conjunto de mobilizações esporádicas e fragmentadas de moradores que se articulavam por necessidade e para suprir uma presença material semi-realizada do Estado, converte-se em um comitê para acompanhar uma obra milionária, com financiamento internacional. Como conta José, esse processo agrupou muitas pessoas que antes não participavam sequer da vida comunitária do bairro, fazendo, então, com que muita gente se engajasse e se interessasse por política. O Baixada Viva “revelou muitas lideranças, revelou muita gente, muita gente se engajou, muita gente se abraçou, abraçou a questão de uma forma bem ideológica, bem humana”, nos contou José.

Adensando sua presença material, o Estado parece ter servido, à princípio, como um propulsor de engajamento democrático por parte da população, que passou a se interessar e atuar ativamente na construção do futuro de seu bairro. Mas, ao tutelar e dirigir a participação dos moradores nos processos do Baixada Viva, o Estado estabelece um limite claro para a atuação democrática, que não se resolve por completo. Criou-se, então, uma aura ilusória de participação democrática, dando a impressão de que havia ali uma experiência democrática de fato. Sendo que, na prática, o que pareceu ter havido fora simplesmente um esquema mon-

tado para suprir com as demandas do financiador. Não há democracia possível quando as práticas políticas possibilitadas pelo Estado são ilusões montadas para enganar uma instituição internacional.

Não há democracia possível quando aqueles que, à princípio, deveriam participar da gestão do projeto são convertidos à meros acompanhantes. Como disse José, “a gente não tinha muita gerência não”. O CAL, constituído por moradores que faziam ou não parte da associação de moradores, não tinha capacidade efetiva para sequer organizar reuniões entre os moradores e os representantes do Estado. Essa função cabia ao “gerente de bairro”, que, na maior parte do tempo, era um engenheiro que tomava conta das obras e que não era, necessariamente, morador. Entre esses engenheiros, um parece ter cavado seu lugar na memória de José.

O engenheiro Astrogildo, representante da DRE, responsável pelas obras de asfaltamento do Programa Baixada Viva, foi lembrado por José como sendo especialmente truculento e autoritário. Em uma reunião aberta para todos os moradores, não somente para os representantes do CAL, uma moradora da parte mais alta do bairro, de difícil acesso para as máquinas de asfaltamento, questionou o engenheiro Astrogildo sobre quando o asfalto chegaria em sua residência. De modo seco e direto, o engenheiro respondeu, nas palavras de José, que “uma intervenção de obra lá é dez vezes mais cara que a casa da senhora, é mais fácil o Estado pagar uma casinha pra senhora e nem mexer com aquilo”.

Astrogildo seguiu argumentando que a casa da moradora deveria estar em área de preservação, portanto, era irregular. Por isso, o Estado não deveria se preocupar em intervir. A moradora replicou dizendo que tinha escritura de sua propriedade, ou seja, um título conferido pelo próprio Estado atestando sua posse, o que evidenciava que não havia ilegalidade. Diante do contraditório imposto pela moradora, Astrogildo, engenheiro representante do poder público, retrucou dizendo que “se fosse o [governador] Garotinho, dava o dinheiro pra senhora morar aqui em baixo e demolia esse barraco”. Remoção e demolição como um tipo de conselho dado por um engenheiro que, claramente, não tinha agência nenhuma dentro do governo do estado do Rio, mas que fora designado para fazer a mediação com moradores. Naquele contexto, representado pelo sr. Astrogildo, o *Estado partido* mostrou a verdadeira cara que vinha tentando camuflar atrás de uma falsa instância de participação democrática. Como disse José, referindo-se a Astrogildo, uma metonímia para a presença do *Estado partido*, “ele era autoritário”.

O manobreiro da água

Em novembro de 2017, o Jornal de Hoje, diário da baixada de grande circulação, publicou matéria acerca de uma obra da CEDAE que colocaria fim à falta de água na região de Chatuba. Citando o então vice-prefeito de Mesquita, Valtinho Paixão – feito Prefeito em 2018, por conta do afastamento de Jorge Miranda do cargo de Prefeito, cassado pela câmara sob alegação de não ter cumprido a Lei Orgânica do Município – a matéria explica que o objetivo das obras é colocar tubulações para levar água para partes mais altas dos bairros de Chatuba e Santa Terezinha, onde a água não chegava.

A matéria frisa que essas obras finalmente colocariam fim a uma antiga “lenda” do bairro, o *manobreiro de água*. Na matéria, o manobreiro é tratado como o pivô para o desabastecimento das regiões mais altas de Chatuba, pois o “homem (não identificado) mexia na chave da tubulação e desviava o produto para outras áreas”. Personagem fantasmagórico, o manobreiro de água é tratado pelo jornal como um tipo de saci, personagem central do folclore brasileiro, retratado como um garoto brincalhão ou maléfico, que aprontava e perturbava tudo e todos ao seu redor.

Entre os nossos entrevistados, todavia, o manobreiro não é mencionado como um tipo de personagem que atrapalha a rotina de distribuição de água do bairro, mas como uma figura chave que mantém e controla a distribuição de água para todo o bairro. Ou seja, a percepção dos moradores e da imprensa acerca dessa figura folclórica de Chatuba parecem ser opostas. Além de José, antigo líder comunitário de Chatuba, entrevistamos dois moradores da vida toda do bairro, ambos indicados por José. Aqui, eles serão tratados como Joaquim e Quintino. Ambos ressaltaram a importância do manobreiro para a manutenção do fluxo de água no bairro, principalmente na parte alta.

Na época do *não tinha*, principalmente até os anos 2000, quando a maior parte das obras do Programa Baixada Viva foram entregues, não tinha nenhum tipo de saneamento. Como José nos contou, o esgoto era uma “vala negra” e não havia água encanada. Os moradores tinham de buscar água em bicas públicas ou improvisar encanamentos de água, conectando informalmente tubulações da CEDAE a grade de tubos que eles mesmo montavam pra levar água para suas casas. Esse tipo de atuação necessária, como já dito na seção acima, foi um importante vetor na construção de mobilizações políticas no bairro, principalmente na formação da associação de moradores, que se formou como intenção de coordenar essas atuações comunitárias.

Como nos contou José, “a rede de água, embora seja de uso coletivo, a gente criança já ajudava a cavar, limpar os encanamentos, (...) a caixa quem tratava era a gente, e não a CEDAE”. Desde antes da consolidação da presença material do Estado por meio do Baixada Viva, boa parte da vida comunitária dizia respeito a manutenção dos ritmos de fluxos de água, que envolviam toda a comunidade, inclusive as crianças. Com as obras do Baixada Viva, que marcaram um adensamento na capacidade de articulação e mobilização política dos moradores, uma boa parte do bairro, principalmente na parte mais baixa, passou a ser atendida pelas tubulações da CEDAE. Essas pessoas, então, deixaram de se engajar na manutenção do fluxo de água, que agora ficava a cargo de uma empresa pública.

Joaquim e Quintino são moradores da parte mais alta do bairro, onde a água não chega com frequência. Segundo contam, a única vantagem em viver na parte alta é que “não tem enchente, né”, todo o resto é mais precário que as outras partes do bairro. Por conta da dificuldade de acessar determinadas áreas da parte alta do bairro -, que como bem ressaltou o engenheiro Astrogildo, aumentava o preço das obras -, nem todas as ruas contam com asfaltamento ou saneamento. Algumas ruas que foram asfaltadas tiveram de ser erguidas, fazendo com que, como conta Quintino, algumas casas ficassem embaixo delas.

É justamente nessa parte mais desprovida de infraestrutura que o personagem do manobreiro da água demonstra seu valor. Como conta Joaquim, “água da CEDAE não vem”. Foi o próprio manobreiro de água que, segue dizendo Joaquim, “botou uma bomba aqui pra poder formar uma bomba de recalque, jogando água aqui pra cima, mas é a população que faz a manutenção e paga pra poder jogar a água pra cá”. Não fica claro nas falas de Joaquim ou Quintino se é o próprio manobreiro que cobra por fazer esse serviço. Mas não fosse por esse personagem, lendário para uns, real para outros, a parte alta do bairro ficaria sem ou com pouca água.

Por meio de um bilionário programa de construção infraestrutural, o Baixada Viva, o Estado se fez materialmente presente, levando infraestruturas a lugares e populações que antes não as tinham e adensando processos de mobilização popular, ainda que sob uma aura ilusória de democracia, como buscamos argumentar na seção anterior. Todavia, essas infraestruturas foram distribuídas de forma desigual, fazendo com que uma parte do bairro permanecesse precarizada e tivesse de continuar recorrendo a artifícios e arranjos que já regulavam o cotidiano do bairro desde antes das obras públicas.

O manobreiro parece ser um personagem de um tempo antigo, fruto dessa capacidade de auto-organização e automanutenção que moradores de áreas precarizadas têm de conquistar por mera necessidade.

Esse personagem, ora fanfarrão, ora salvação, encarna em si uma presença que deveria ser do Estado e que deveria ser invisível, parte dos automatismos que caracterizam a vida na modernidade. Em bairros e áreas mais ricas e menos precárias, a manutenção dos ritmos e fluxos infraestruturais acontecem de forma invisível aos olhos do cidadão comum, que condiciona seu cotidiano ao funcionamento de uma estrutura da qual se beneficia sem, necessariamente, ter de trabalhar ativamente para sustentar seu funcionamento. A manutenção dessas infraestruturas fica ao cargo e responsabilidade do próprio Estado, que se equipa de órgãos e empresas públicas com finalidades estritamente técnicas, como a própria CEDAE e a Comlurb.

Diante da negligência do Estado, que se projeta materialmente para depois sumir ou se omitir, os próprios moradores encontram suas saídas. À primeira vista, o personagem do manobreiro de água poderia servir aos interesses daqueles que se pautam pela tese da ausência do Estado. Mas um olhar um pouco mais detalhado sobre esse personagem pode nos revelar o contrário. Sua presença marca um tipo de presença imaterial do Estado: o Estado se fazendo presente enquanto uma ideia fantasmagórica de si que se personifica e se concretiza através das práticas de personagens como o manobreiro.

Em *Notes on the Difficulty of Studying the State*, o sociólogo Philip Abrams (1988) trabalha com uma dupla abordagem acerca do Estado. Por um lado, Abrams (1988) trata o Estado como um *sistema*, um aglomerado de instituições de controle político e social, por outro trata o Estado enquanto uma *ideia*. Por essa perspectiva, o Estado não existe somente enquanto um conjunto de poderes centralizados e unificados institucionalmente capazes de exercer controle sobre populações e espaços governados. Mais do que isso, o Estado aparece como um *poder ideológico* que evidencia não a unificação e centralização territorial de um aglomerado institucional, mas a fragmentação e a disseminação desse poder enquanto um constructo ideacional que não necessariamente se traduz enquanto uma existência institucional concreta.

Por essa perspectiva, o Estado se faz presente também enquanto um mito de si mesmo, uma espécie de presença fantasmagórica, não corporal e imaterial, mas que replica determinadas práticas e princípios que regulam e pautam a existência corporal do Estado enquanto um aglomerado institucional. Mesmo enquanto um constructo ideacional, o Estado permanece, da perspectiva do autor, exercendo determinadas funções de subjeção, legitimação e controle (ABRAMS, 1988, p. 68), permanecendo, assim, como um poder fundamental para a manutenção das estruturas – coesão social, interesse comum, moralidade – que sustentam e condicionam a vida em sociedades modernas.

O manobreiro da água, evidentemente, não é o Estado. Não é sequer um funcionário público e nem foi designado como representante legítimo do Estado brasileiro, seja da municipalidade de Mesquita, do estado do Rio de Janeiro ou União. Mas o manobreiro encarna em si a *ideia* do Estado. Cabe a ele, como nos contam Joaquim e Quintino, garantir que os fluxos se mantenham. O manobreiro é a pessoa que controla, que autoriza e desautoriza, que possibilita e impossibilita o abastecimento da água. É ele quem garante a manutenção de um interesse comum a todos os moradores da parte alta de Chatuba, o fluxo de água. O Estado, pelo menos enquanto uma ideia, faz-se presente em Chatuba por meio desse personagem.

Não nos surpreende, portanto, que uma matéria que noticia uma obra pública que faria com que esse personagem se tornasse obsoleto, retrate-o como um tipo de Saci, que atrapalha o fluxo de água. A CEDAE, empresa pública, legítima representante da capacidade do Estado de controlar e possibilitar fluxos de água, precisa recuperar para si aquilo que, encarnado na figura do manobreiro, aparece como uma presença fantasmagórica e ideacional. A CEDAE, enquanto Estado, precisa, de fato, ocupar esse espaço, de modo a não permitir a existência de nenhuma outra corporeidade que concretize em si aquilo que é dever e direito dela, a presença legítima do Estado enquanto um poder necessário para a manutenção de fluxos essenciais como o abastecimento de água.

O personagem do manobreiro da água não é exclusivo do bairro da Chatuba em Mesquita. No bairro da Penha, na cidade do Rio, há também um manobreiro da água. O Canal Futura fez um documentário curto sobre esse personagem, que foi apresentado como essencial para a vida na comunidade do Morro da Fé. O manobreiro do Morro da Fé, que no documentário aparece como uma pessoa de carne e osso, nome e apelido, serve a associação de moradores, mas anda pelo bairro com uma calça da CEDAE. Mesmo não sendo funcionário da empresa pública, o manobreiro se veste a caráter, estampando em si a chancela de legitimidade que somente o Estado pode conferir. A calça da CEDAE é seu uniforme de trabalho da mesma forma que é dos funcionários da empresa.

Esse caso nos ensina que o Estado pode se fazer presente mesmo quando, à primeira vista, está ausente. Sua máquina institucional pode estar ausente, mas a ideia do Estado enquanto uma entidade de controle, regulação e legitimação se faz fortemente presente no cotidiano desses moradores.

Outra fala de nossos entrevistados evidencia essa presença fantasmagórica do Estado enquanto um constructo ideacional. Questionado sobre como é viver na parte de cima do bairro da Chatuba, Joaquim responde que a única vantagem é que lá não tem as enchentes que frequentemente castigam a parte mais baixa. Além disso, diz Joaquim, no alto "o clima é melhor". Tem "o ventinho da tarde", que, mesmo com o calor, dá pra dormir de cobertor. Fora a falta de enchente e o "ventinho da tarde", todo o resto é de desvantagens para quem mora na parte mais alta. A água não chegaria, não fosse o fantasma do Estado encarnado na lenda do manobreiro. Mesmo quando chega, chega suja e os canos que trazem a água estão quase sempre entupidos.

Questionado sobre quem limpa os canos, Quintino rapidamente respondeu que quem faz esse serviço era o próprio Joaquim: "Ele é o bombeiro hidráulico, ele conserta os canos tudinho daqui do morro, ele era o bombeiro do bairro. *A CEDAE era ele, né?*". Diante da tratativa do amigo, Joaquim assente: "é verdade, me chamavam". Quintino prossegue: "Joaquim bombeiro profissional". E Joaquim completa: "é, cursado pela CEDAE". Não sabemos exatamente o que Joaquim quis dizer com ter sido "cursado pela CEDAE", pois a empresa não oferece cursos para bombeiros hidráulicos ou certifica atuação desses profissionais. Não sabemos também se Joaquim já foi funcionário ou prestou serviço para a empresa.

O interessante dessa fala é exatamente a função legitimadora atribuída a CEDAE. Joaquim é bombeiro profissional por que, de alguma forma, foi "cursado" pela CEDAE. Novamente o Estado se faz presente enquanto uma ideia de legitimidade, que atesta capacidades e autentica pessoas enquanto profissionais especializados em determinadas áreas. O fantasma Estado se faz claramente presente, reiterando aquilo que exerce concretamente por meio de suas instituições, quando assim o faz, controlar, legitimar e regulamentar fluxos e práticas. Mesmo quando não se faz presente por sua própria agência, o Estado – enquanto ideia de si – é feito presente pela agência e pelos discursos dos moradores. O manobreiro e o Joaquim encarnam funções do Estado em si, tornando-se, eles mesmos, o corpo material que o Estado não foi capaz de concretizar de fato nessas regiões.

"Ela tá brigando com o município, tá brigando com o Eduardo Paes"

Como já vimos, Parque Colúmbia é um bairro pequeno na franja da cidade do Rio, mais próximo de São João de Meriti do que do centro. É o encontro entre a baixada e a cidade do Rio de Janeiro. É um bairro híbrido, com áreas residenciais recortadas e escondidas por vários galpões de logística. Não há abundância de infraestrutura de mobilidade urbana. São poucas linhas de ônibus e as estações do metrô mais próximas

não estão tão perto assim. O bairro é isolado e escondido, não sendo, portanto, um lugar que atraia tanta atenção. Ainda assim, Parque Columbia foi fortemente atravessado pelo programa de *remoções forçadas* da administração de Eduardo Paes na Prefeitura da cidade. Já tratamos desse assunto no capítulo anterior, mas buscando encontrar a presença material do *Estado partido* em Parque Colúmbia, representado, nesse caso, pela Prefeitura do Rio. Nesse capítulo, buscamos a presença imaterial.

Da nossa percepção, Parque Colúmbia é um pequeno lugar-modelo do que foi a administração de Paes. Como tratado no capítulo anterior, programas de revitalização urbana por investimentos em infraestrutura modelaram e padronizaram as partes mais abastadas do bairro, enquanto ignoraram as áreas mais precarizadas e favelizadas. Um tipo de presença bipolar, que constrói e destrói ao mesmo tempo. Para a Colina, a zona sul de Parque Colúmbia, Eduardo Paes, interessado naquele eleitorado, ofereceu a gentrificação do programa Bairro Maravilha. Para a região do beira rio, mais pobre e favelizada, o ex-Prefeito ofereceu *remoção forçada* e destruição. Quando fizemos a pesquisa de campo, entre abril e agosto de 2018, ainda era possível caminhar pelos escombros que a Prefeitura deixou como legado de seu programa de remoções das populações que viviam às margens do rio Acari, que foi abandonado depois de uma árdua disputa na justiça com moradores locais.

A história das remoções da administração Paes, assim como em outros lugares mais emblemáticos, como Vila Autódromo e Morro da Providência, foi marcada por muitas disputas e resistências organizadas de moradores que souberam se articular com atores da sociedade civil organizada e usar a própria complexidade institucional do Estado para se proteger do próprio Estado. Mas, diferente de outros lugares mais centrais para os megaeventos que a cidade recebeu na década passada, diante de uma resistência que travou batalha judicial contra as remoções, a Prefeitura desistiu do programa de *remoções forçadas* em Parque Colúmbia. Algumas casas, todavia, foram demolidas.

A história dessa batalha de resistência contra as remoções da administração de Eduardo Paes em Parque Colúmbia, que começou em abril de 2010, mas que, de certa forma, permanece até hoje, é um ótimo caso para evidenciar a importância de um Estado institucionalmente complexo e autônomo, que pode ser apropriado pela sociedade civil não somente para fazer avançar seus próprios interesses e agendas, mas, fundamentalmente, para protegê-la de arbitrariedades e autoritarismos cometidos pelo próprio Estado. Para compreender mais desse processo, buscamos contato com Joelma, uma das protagonistas da resistência de alguns moradores que não aceitaram o “cheque e rala” da Prefeitura.

Joelma, que vivia já há vários anos em Parque Colúmbia, tinha sua casa em uma região próxima ao rio Acari, sofrendo e se adaptando às inundações sazonais. Antes de entrevistá-la, vimos seu nome mencionado em uma matéria de um jornal²⁵ de grande circulação e público que a apresentava como a moradora que tinha iniciado um processo judicial contra a Prefeitura. Buscando saber mais sobre ela, descobrimos, à princípio, que ela havia sido removida e depois voltou para reocupar o espaço onde, antes, ficava sua casa. Estávamos enganados. Como ela mesma nos disse, “eu fiquei e lutei para não ser removida”. Joelma recusou a oferta generosa do “cheque e rala”, que oferecia R\$ 1.200 mais aluguel social de R\$ 400. Nos fragmentos da entrevista que sistematizamos nessa seção, podemos ver a história dessa disputa, conforme contada por ela mesma.

Na narrativa apresentada pela própria Joelma, que fora vista por alguns moradores como louca por estar “brigando com o município, brigando com o Eduardo Paes”, o caminho de sua jornada de resistência contra as remoções forçadas e impostas pela Prefeitura passou por vários lugares institucionais, articulando e

25 Para preservar a identidade da entrevistada, não inseriremos o link para a notícia, uma vez que deixaria evidente de quem se trata.

lidando com partes distintas do poder público para frear um processo conduzido pela Prefeitura. A começar por um contato, uma amiga que “tava estudando direito”, Joelma chegou no Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro²⁶, encontrando aquela que viria a se tornar sua advogada na briga com Eduardo Paes. Esse contato teve uma função pedagógica, ensinando a Joelma como se defender pelas vias legais, assim como teve uma função legal, somando uma defensora pública à luta de Joelma, que, a partir daquele momento, se daria através do Judiciário do estado do Rio de Janeiro. A aprendizagem e a entrada da Defensoria Pública na história foram fundamentais na disputa, pois deram a Joelma insumo para atrair outros moradores, adensando sua capacidade de representar, de fato, sua comunidade e não somente a si mesma.

Como nos disse Joelma, o ponto não era ser contra as remoções, que, de certa forma, justificavam-se dada a frequência com que aquelas casas eram destruídas por conta de inundações provocadas pelo rio Acari. O problema, explica Joelma, era “a maneira que estava sendo feita a remoção”. O problema era o “cheque e rala”, ou seja, a maneira truculenta como era feita. Além disso, como reiterada diversas vezes na entrevista, Joelma suspeitava que a associação de moradores estaria lucrando com as remoções. Como nos explicaram algumas das pessoas que entrevistamos, não só Joelma, a associação de moradores emitia certificados de residência para as pessoas que viviam nas áreas alvo de remoção regularizarem sua moradia e, assim, poderem formalmente aceitar a proposta da prefeitura e desocupar a casa para ser demolida.

Na narrativa de Joelma, a associação de moradores foi apresentada como um aliado estratégico da Prefeitura. A associação estava do outro lado da disputa. Era mais parte do Estado do que representante dos moradores. De fato, pelo que aprendemos com Joelma e também com outros de nossos entrevistados, não havia, por parte da associação de moradores naquela ocasião qualquer esforço para representar e defender os interesses dos moradores. Pelo contrário, a ex-presidente da associação é apresentada por Joelma – mas também por um antigo empresário de Parque Colúmbia, que acompanhou de perto o processo das remoções, com quem também conversamos – como um tipo de braço executor da Prefeitura, exercendo a função autoritária de expulsar de forma truculenta as pessoas de suas casas. Tentamos contato com a ex-presidente da associação, mas não conseguimos encontrá-la.

No xadrez da briga de Joelma com Eduardo Paes, o Estado e sociedade civil se fizeram presentes em ambos os lados do tabuleiro. Prefeitura e associação de moradores de um lado, disputaram contra defensoria e moradores do outro em uma luta que envolvia também outras partes do Estado e da sociedade civil, como o Ministério Público, Marinha do Brasil e um jornal carioca de grande alcance. Toda essa complexidade de atores e relações de força foram mobilizados a partir da agência de Joelma, que diante da arbitrariedade, truculência e autoritarismo do Estado se insurgiu como protagonista de sua própria cidadania, fazendo-se presente enquanto uma muralha de proteção de seu próprio cotidiano.

Conforme formulada por James Holston (2013), antropólogo brasileiro norte-americano, a noção de uma *cidadania insurgente* parece ser bastante útil para compreender o caso em questão e a força da agência e da imagem que Joelma produz de si mesma enquanto uma lutadora, corajosa o suficiente para lutar com um dos homens mais poderosos no Rio de Janeiro naquele momento, o então Prefeito Eduardo Paes. Publicado em um momento chave da história recente do Brasil, dezembro de 2013, o livro de Holston (2013) se faz especialmente importante para a compreensão dos limites e peculiaridades da cidadania no país

²⁶ Como informado em seu site, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – NUTH “atua na defesa jurídica do direito à moradia nos casos de despejos, remoções, reintegrações de posse e outros conflitos fundiários; acompanha procedimentos administrativos que representem risco para a posse e moradia das comunidades pobres; promove a regularização fundiária de comunidades por meio de usucapião e legitimação de posse ou auto de demarcação; Acompanhamento de políticas públicas que possam trazer reflexos para o Direito à Moradia das comunidades pobres, tais como choque de ordem, Transcarioca, Transoeste, Transolímpica, Parque Olímpico etc.”. Disponível em <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUTH> (último acesso 07/04/2019).

por tratar da manifestação cada vez mais sólida de uma cidadania urbana que crescentemente reivindica e ocupa espaços.

Essa forma insurgente de cidadania articula as necessidades práticas de pertencer a determinados espaços da cidade para manutenção de um cotidiano já consolidado – como proximidade com o lugar de trabalho e de estudo dos filhos – da mesma forma que evidencia uma sensação subjetiva de pertencimento, mobilizada por memórias e afetos. Nessa maneira de se fazer cidadão, as cidades aparecem como arenas onde irrompem manifestações, articulações e movimentos que demandam acesso e garantias à direitos constitucionais, como moradia e mobilidade.

Nesse contexto de cidadãos insurgentes, as práticas de truculência e autoritarismo do *Estado partido*, como o “cheque e rala”, não passam despercebidos. Não há qualquer chance desse tipo de prática acontecer sem ter de enfrentar a devida resistência e luta. No fim, como em casos mais emblemáticos, como o da Vila Autódromo, o *Estado partido*, dado a força de seus parceiros para garantir seus interesses privados, conseguiu impor sua capacidade de destruição socioespacial, de violação sistemática de direitos e de humilhação de sua própria população. No caso de Parque Colúmbia, talvez pelo fato do bairro não estar no centro de nenhuma disputa inerente à organização e realização de megaeventos esportivos, o Estado, forçado pelo próprio Estado, desistiu de remover as pessoas que viviam à beira rio, abandonando um cenário de destruição que congelou para a posteridade todo desrespeito e humilhação imposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro há alguns de seus moradores em situação de grande vulnerabilidade.

Saiu mais barato para o Estado desistir e simplesmente ignorar o que a população demandava, obras de saneamento básico do rio Acari. A água, quando inunda, força algum tipo de presença do Estado. Seja material, por meio de obras de contenção ou melhora infraestrutural, como no caso do rio Sarapui, discutido no capítulo anterior, ou relacional, como no caso de Parque Columbia. Por uma presença ou outra, características e práticas recorrentes do *Estado partido* ficam evidentes. No caso de Parque Colúmbia, fica evidente a crueldade e o completo descaso com que a Prefeitura tratou uma parcela de sua população.

O interessante desse caso é perceber na prática o que dizem Barbosa e Souza (2013) acerca das práticas que caracterizam o *Estado partido*. A *hierarquização das cidadanias* fica evidente na maneira como a administração de Eduardo Paes tratou a cidade inteira, privilegiando áreas e grupos já privilegiados ao mesmo tempo em que não se poupava para remover e humilhar outros com menos privilégios e maior precariedade. Talvez o ex-Prefeito não tenha compreendido o cenário que James Holston (2013) foi capaz de perceber e teorizar, marcado por uma nova força de atuação popular e de produção de protagonismos e resistências desses cidadãos de segunda classe, para quem o *Estado partido* era o inimigo a ser batido ou, pelo menos parado. Joelma, demonstrando com todo poder sua força de cidadã insurgente, produziu-se a si mesma enquanto uma lutadora, enfrentando o Estado com o Estado para se fazer respeitar pelo Estado.

Ao produzir sua própria presença frente ao Estado, Joelma descortina a maneira como o Estado se faz presente para uma parcela de seus governados: uma força destruidora e violadora dos direitos que devia garantir e resguardar. Como já dito em outras ocasiões desse texto, o Estado é capaz de engendrar relações sociais no espaço. Dito de outra forma, o Estado produz espaços sociais, possibilitando e impossibilitando, autorizando e desautorizando formas específicas de relações sociais. No caso da disputa de Joelma, fica evidente que essa capacidade do Estado não é somente positiva, ou seja, ele não é só capaz de produzir espacialidades. Pelo contrário, é capaz também de destruí-las. No caso do *Estado partido*, essa capacidade de destruição fica evidente principalmente nas regiões mais isoladas e vulneráveis das cidades.

Diante da materialização dessa força produtora de exceções e exclusões que é o *Estado partido*, Joelma teve de produzir a si mesma enquanto uma cidadã visível para o Estado. Joelma teve de criar uma presença,

fazer-se conhecer e transitar pelas entranhas do Judiciário carioca para efetivar-se enquanto cidadã insurgente frente à maneira desigual e desrespeitosa com a qual o *Estado partido* se fez presente em sua vida. Ao produzir-se enquanto cidadã, ao tornar-se visível, uma inimiga do Prefeito Eduardo Paes, Joelma tornou-se coletiva, representando 54 pessoas, como ela mesma nos disse, “19 de Columbia e 35 de Unidos”.

Nesse processo, o Estado aparece desnudado de qualquer véu de democracia ou respeito à cidadania. No caso analisado na primeira seção desse capítulo, a partir da entrevista que fizemos com José, líder comunitário em Chatuba de Mesquita, o Estado aparece tanto como um impulsionador do processo democrático, produzindo, por ocasião do Programa Baixada Viva, uma sinergia que levou à mobilização de diversos moradores. Todavia, ao mesmo tempo, o Estado também aparece como um violador do próprio processo que impulsionou. Ao tratar moradores com truculência, impedir o diálogo real entre moradores e órgãos públicos e não apontar de forma transparente e sólida a função dos moradores no processo – se gestão ou acompanhamento –, o Estado destrói a sinergia que ele mesmo criou.

No processo da Chatuba, há uma aura de diálogo e participação popular que cria uma frágil ilusão de democracia. Na resistência de Joelma não há sequer essa aura. Não há ilusão. Salta aos olhos a maneira como a Prefeitura não fez nem questão de esconder seu viés antidemocrático e autoritário. O programa de *remoções forçadas* expôs de forma grotesca as vísceras do *Estado partido* que, nesse caso, se manifestou através da atuação da Prefeitura do Rio de Janeiro. É como uma imagem de realismo grotesco, que não esconde as contradições de si, que mostra sua verdadeira face sem vergonha ou pudores e que se faz existir pela desigualdade. Parque Colúmbia, esse bairro afastado e pequeno, atravessado por incontáveis caminhões de carga, com uma linda praça na colina e alguns campos que alagam no beira-rio é o realismo grotesco do *Estado partido* da administração de Eduardo Paes na Prefeitura do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há sempre o risco de cair na retórica liberal quando o estudo se pauta na crítica à atuação do Estado. Ora, se é possível apresentar um diagnóstico claro de que o Estado não vem atuando concretamente na melhoria da vida de seus cidadãos, talvez o mais fácil seja abandonar o Estado. Esse não é o caso dessa publicação. Buscamos encontrar formas de evidenciar a atuação desigual e exclusivista do Estado, ainda que em uma escala bastante restrita, não para substanciar o abandono do Estado enquanto projeto político. De certa forma, ainda é possível acreditar no Estado, mas não no *Estado partido*. Esse, queremos que seja superado e remodelado. Não queremos o *Estado partido* simplesmente por que não há qualquer razão para sua existência. O que há são razões e princípios constitucionais para sua superação e transformação em um Estado que pratique o respeito como práxis política.

A superação dessa forma partida de Estado não demanda nenhuma ginástica intelectual mais elaborada. Isso já foi feito. A Constituição Federal de 1988, também chamada de *Constituição Cidadã*, apresenta claramente os princípios a partir dos quais o Estado, para agir enquanto uma força produtora de espaços de cidadania e direito, deve-se pautar. Por isso, não concluímos esse estudo com nenhuma recomendação de política pública. Concluímos simplesmente reiterando o que diz a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo primeiro:

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
II - a cidadania

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXVII - são gratuitas as ações de “habeas-corpus” e “habeas-data”, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

Se o Estado hierarquiza cidadãos e age de forma desigual com quem deveria agir de forma universal, não há cidadania. O *Estado, partido*, produz a desigualdade enquanto deveria produzir a igualdade. A nossa posição é que não precisamos refundar o Estado brasileiro, precisamos, simplesmente, que o Estado cumpra sua Constituição, e a coloque em prática como parte cotidiana de sua práxis política e em todo seu território nacional, sem qualquer distinção. O Estado brasileiro, em toda sua complexidade institucional multiescalar, precisa aprender a ler e a se guiar pelo que já foi pactuado. É preciso que o Estado brasileiro tome a Constituição de 1988 como um programa político e canalize sua enorme capacidade de agência para produzir espaços onde cidadania é simplesmente praticada de forma universal e sem hierarquizações.

Referências Bibliográficas

- ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, March 1988.
- ALERJ. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2009.
- AMADOR, E. D. S. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homen e Natureza**. Rio de Janeiro: E.S. Amador, 1992.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BERNARDES, J. A. **Espaço e Movimentos Reivindicatórios - o caso de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1983.
- BRENNER, N.; ELLEN, S. Introduction. State, Space, World: Lefebvre and the Survival of Capitalism. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- BUTLER, C. **Henri Lefebvre: spatial politics, everyday life and the right to the city**. New York: Routledge, 2012.
- FRANCO, M. **UPP: A redução da favela a três letras**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.
- HARVEY, D. The Right to the City. *New Left Review*, 53, 2008. 23 - 40.
- HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA. Boletim Sarapuí Vivo, Rio de Janeiro, Maio 2018.
- KOFMAN, E.; LEBAS, E. Lost in Transposition - time, space and the city. In: LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. Oxford: Blackwell Publisher, 1996.
- LEFEBVRE, H. **De l'État**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976-1978.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, H. Comments on a New State Form. *Antipode*, v. 33, n. 5, p. 769-782, 2001a.
- LEFEBVRE, H. The State and Society. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- MAGALHÃES, A. 'A remoção foi satanizada, mas não deveria': O retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 2, p. 293-315, Maio - Agosto 2016.
- MAGALHÃES, F.; VILLAROSA, F. **Urbanização de Favelas: lições aprendidas no Brasil**. Washington - DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, 2012.
- MANN, M. The Autonomous Power of the State: its Origins, Mechanisms and Results. *European Journal of Sociology*, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984.
- MAZZUOLI, V. D. O. Direitos Humanos, Cidadania e Educação: Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 51, 1 Outubro 2001.
- MELO, E. F. Direito à Cidade e Democracia como Direitos Fundamentais. *Lex Magister*, São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, A. BAIRRO DO CAJU: DE BALNEÁRIO REAL À ZONA DE SACRIFÍCIO AMBIENTAL. In: VELOSO, S. **Direito à Cidade para um Mundo Justo e Seguro: O caso dos BRICS**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2015.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura lança mais três frentes do programa Bairro Maravilha Norte. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 05 setembro 2014.
- PROJETO IGUAÇU. **Boletim Informativo**. Rio de Janeiro. 2011.
- SANTOS JUNIOR, O. A. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In:

- SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, C. D. Q. **Brasil**: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015. p. 21-40.
- SILVA, M. C. D. A. A Transformação da política na favela: desconstruindo a "ausência do Estado". **Revista Antropológica**, Niterói, n. 38, p. 299-319, 2015.
- SOUZA, J.; BARBOSA, J. L. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fevereiro 2013.
- SOUZA, S. M. D. **Da laranja ao lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - PPGAS Museu Nacional/ UFRJ, 1992.
- TAVARES, R. B. **As várias Mesquitas de várias Baixadas**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - PPGPER - IPPUR/UFRJ, 2007.
- TEZOTO, E. L.; OLIVEIRA, R. D. D. O Princípio da Cidadania na Constituição Federal de 1988. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas**, São Paulo, 2012.
- VELOSO, S.; JOBIM, A. Parceria Público-Privada e a Agenda de Atratividade de Capital nas Cidades-BRICS. In: VELOSO, S.; ABDENUR, A. E.; ESTEVES, P. **As Cidades e os BRICS**: Análises comparadas e estudos de caso sobre desenvolvimento urbano nos BRICS. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013. p. 47 - 62.
- VELOSO, S.; SANTIAGO, V. **Ninguém Entra, Ninguém Sai**: Mobilidade urbana e direito à cidade no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.
- VENTURA, Z. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WEBER, M. A Política como Vocação. In: WEBER, M. **Ciência e Política**: Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.
- ZALUAR, A. Um debate dispero: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.



Presenças de um Estado partido:
cidadania e desigualdade
no Rio de Janeiro



HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

CASA
FLUMINENSE



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS